



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA**

ELIZAMAR SOUSA LANOVA FERNANDES

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA BREVE ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS DA
SUSTENTABILIDADE COM ÊNFASE NA ECOPEDAGÓGICA.**

Projeto COM-VIDA da Escola Municipal Madre Maria Viganó

CASTANHAL – PARÁ

2018

ELIZAMAR SOUSA LANOVA FERNANDES

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA BREVE ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS DA
SUSTENTABILIDADE COM ÊNFASE NA ECOPEDAGÓGICA.**

Projeto COM-VIDA da Escola Municipal Madre Maria Viganó

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (Campus Universitário de Castanhal) como requisito para obtenção do grau de Licenciado Pleno em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Patrícia Ribeiro Maia

CASTANHAL – PARÁ

2018

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA BREVE ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS DA
SUSTENTABILIDADE COM ÊNFASE NA ECOPEDAGÓGICA.**

Projeto COM-VIDA da Escola Municipal Madre Maria Viganó

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Faculdade
de Pedagogia, da Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Castanhal, como requisito
para obtenção do grau de Licenciado Pleno em
Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Aprovado em: _____/_____/ 2018

Conceito: _____

Professora Dr^a Patrícia Ribeiro Maia
(Orientadora)

Professora Dr^a Eula Regina Lima Nascimento

Prof. Dr. João Batista Santiago Ramos

CASTANHAL – PARÁ
2018

À Deus por cuidar, guiar meus passos, por ter me permitido viver esse sonho, aos meus pais Nazaré e Benedito que sempre foram meus alicerces na vida, me incentivaram na concretização desse sonho.

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus pelo dom da vida.

A minha família pelo incentivo, agradeço especialmente aos meus pais Nazaré e Benedito que sempre foram meus alicerces na vida, que me deram amor, carinho e se dedicaram para me dar uma base educacional, moral, emocional e espiritual segura.

A minha irmã Neta que sempre me ajudou nos estudos.

Ao meu primo Valdir que me convidou para morar em Castanhal.

Sinara - por todos esses anos de apoio, por ter me permitido morar debaixo de seu teto, pela ajuda emocional, financeira, mais principalmente, pela amizade sincera e verdadeira.

Rosângela - pela linda amizade que começou durante o curso e que vai perdurar até os últimos dias de nossas vidas, sou grata pelo carinho, pelo apoio, pelo acolhimento, pela irmandade.

Rozeni - pela amizade, pelas palavras sinceras de incentivo, por ter me feito enxergar o valor do meu trabalho.

Thiago e Felipe - Pela amizade maluca, pelos risos, pelas brincadeiras, pelo companheirismo no trabalho, pela troca de conhecimento.

Aos amigos que a Ufpa me presenteou: Paulo Perdigão e sua esposa (Norma), pelo carinho de pai, pelo cuidado, pelos diálogos aprazíveis, pela troca de conhecimento, pelo exemplo de vida.

Ao grupo de faculdade que me acolheu durante o percurso acadêmico - Laila, Aline Alves, Elinara, Priscila, Ana Paula, Leonice, Paulo Perdigão.

Leonice “Dona Cherry” (In Memoriam): pelo exemplo de mulher forte, guerreira, que se foi, mas deixou sua marca.

Elinara - pelo carinho, pela amizade e pelo incentivo.

Ana Paula - que ajudou a experimentar uma das melhores fases da minha vida, trabalhar com crianças na Escola CEADep.

A professora Shirley que me apoiou no Ensino Médio e isso fez toda diferença no meu trajeto estudantil.

Dayane - pela amizade que teve início no Ensino Médio e que perdura até hoje.

Raquel, Remilton, Lázaro e Terezinha - pelo incentivo e amizade.

Aos meus mestres: João Batista, Eula Regina, Patrícia Kimura, Cláudia Gomes, Patrícia Maia por todo conhecimento transmitido, pela sabedoria, pelos conselhos dados durante o curso.

E, finalmente, ao meu esposo Augusto Sérgio, por fazer parte da minha vida, por me apresentar um caminho lindo que direcionará meus objetivos daqui em diante, a ele minha eterna gratidão por seu amor, cuidado, carinho e conselhos.

E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem,
conforme a nossa semelhança;
e domine sobre os peixes do mar,
e sobre as aves dos céus,
e sobre o gado, e sobre toda a terra,
e sobre todo o réptil que se move sobre a terra.
E criou Deus o homem à sua imagem;
à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou.

E Deus os abençoou, e Deus lhes disse:
Frutificai e multiplicai-vos,
e enchei a terra, e sujeitai-a;
E dominai sobre os peixes do mar
e sobre as aves dos céus,
e sobre todo o animal
que se move sobre a terra.

E disse Deus:
Eis que vos tenho dado toda a erva que dê semente,
que está sobre a face de toda a terra;
e toda a árvore, em que há fruto que dê semente,
ser-vos-á para mantimento.

E a todo o animal da terra,
e a toda a ave dos céus, e
a todo o réptil da terra, em que há alma vivente,
toda a erva verde será para mantimento; e assim foi.
E viu Deus tudo quanto tinha feito,
e eis que era muito bom; (...)

(Gênesis 1: 26-31)

RESUMO

O presente estudo teve por finalidade fazer uma breve análise das abordagens em Educação Ambiental (EA), apresentando as perspectivas da Sustentabilidade, bem como evidenciando as propostas da Ecopedagogia. Para tanto, fez-se um levantamento de natureza bibliográfica com baluartes teóricos reconhecidos na área, além de uma pesquisa de campo sobre o Projeto COM-VIDA da Escola Municipal Madre Maria Viganó – Castanhal/PA. Sendo este estudo de cunho bibliográfico, exploratório e qualitativo, as técnicas de coletas de dados utilizadas consistiram na classificação bibliográfica, averiguação documental, visitas a ‘Escola Madre Maria Viganó e entrevista semiestruturada a uma docente. Os resultados obtidos revelam que o contexto histórico foi de suma relevância para a construção da concepção de EA. E que na conjuntura educativa a EA, mostra-se hábil na promoção de uma aprendizagem para a conscientização socioambiental. No entanto, insuficiente no currículo escolar. E por esse motivo, surgiram novos movimentos, paradigmas ligados a EA, dentre os quais estão: a Sustentabilidade e a Ecopedagogia. Constatou-se que o princípio da sustentabilidade vai além do conceito de desenvolvimento sustentável, que difere em parte desse termo. Mas que está em harmonia e justaposta com a Ecopedagogia. Já Ecopedagogia, esta é tida como um movimento em construção, porém é considerada por teóricos como sendo mais abrangente que a própria EA, pois trata-se de uma pedagogia que apresenta dimensão cosmológica do planeta, visando a construção de uma cidadania planetária. A pesquisa de campo por meio do projeto COM-VIDA serviu de subsídio para reafirmar a importância da EA na conjuntura escolar.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Sustentabilidade; Ecopedagogia; Cidadania Planetária; Projeto COM-VIDA.

RESUMEN

El presente estudio tuvo por finalidad hacer un breve análisis de los enfoques en Educación Ambiental (EA), presentando las perspectivas de la Sostenibilidad, así como evidenciando las propuestas de la Ecopedagogía. Para ello, se hizo un levantamiento de naturaleza bibliográfica con baluartes teóricos reconocidos en el área, además de una investigación de campo sobre el Proyecto COM-VIDA de la Escuela Municipal Madre María Viganó - Castanhal / PA. Siendo este estudio de cuño bibliográfico, exploratorio y cualitativo, las técnicas de recolección de datos utilizadas consistieron en la clasificación bibliográfica, averiguación documental, visitas a la Escuela Madre María Viganó y entrevista semiestructurada a una docente. Los resultados obtenidos revelan que el contexto histórico fue de suma relevancia para la construcción de la concepción de EA. Y que en la coyuntura educativa a EA, se muestra hábil en la promoción de un aprendizaje para la concientización socioambiental. Sin embargo, insuficiente en el currículo escolar. Y por ese motivo, surgieron nuevos movimientos, paradigmas ligados a EA, entre los cuales están: la Sostenibilidad y la Ecopedagogía. Se constató que el principio de sostenibilidad va más allá del concepto de desarrollo sostenible, que difiere en parte de ese término. Pero que está en armonía y yuxtapuesta con la Ecopedagogía. La Ecopedagogía, esta es considerada como un movimiento en construcción, pero es considerada por teóricos como siendo más amplia que la propia EA, pues se trata de una pedagogía que presenta dimensión cosmológica del planeta, visando la construcción de una ciudadanía planetaria. La investigación de campo a través del proyecto COM-VIDA sirvió de subsidio para reafirmar la importancia de la EA en la coyuntura escolar.

Palabras - clave: Educación Ambiental; Sostenibilidad; Ecopedagogía; Ciudadanía Planetaria; Proyecto COM-VIDA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	34
Figura 02	35
Figura 03	35
Figura 04	35
Figura 05	35
Figura 06	36
Figura 07	36
Figura 08	36
Figura 09	36
Figura 10	37
Figura 11	37
Figura 12	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EA: Educação Ambiental

COM-VIDA: Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas

PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais

ONU: Organização das Nações Unidas

UNEP: Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas

DEDS: Década da Educação para Desenvolvimento Sustentável

ILPEC: Instituto Latinoamericano de Pedagogia da Comunicação

UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

AEE: Atendimento Educacional Especializado

P.P.P: Projeto Político Pedagógico

MEC: Ministério da Educação

MALUPE: Maria Lúcia Pereira

FUNCAST: Fundação Cultural de Castanhal

SESI: Serviço Social da Indústria

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. SEÇÃO I – CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
2.1 Breve Histórico da Educação Ambiental.....	17
2.2 Enfoques da Educação Ambiental quanto a Sustentabilidade.....	21
2.3 Ecopedagogia.....	24
2.4 Carta da Terra, cidadania planetária.....	29
2.5 PESQUISA NA ESCOLA MADRE MARIA VIGANÓ.....	32
2.5.1 Proposta de EA no Projeto político pedagógico:.....	32
2.5.2 Projeto COM-VIDA:.....	33
2.5.3 Revista Ecovida: lendo, refletindo e escrevendo o mundo.....	34
3. SEÇÃO II - OS PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	
3.1 Abordagem da Pesquisa.....	38
3.2 Campo de Investigação.....	39
3.3 Os Instrumentos de Coleta de Dados.....	39
4. SEÇÃO III - ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	
4.1 Perfil do participante.....	41
4.2 Ponderações.....	50
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
6. APÊNDICES	62

1. INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA) refere-se a uma educação voltada para construção de valores sociais por meio de conhecimentos e pelo desenvolvimento de habilidades e competências para adoção de novas atitudes frente à necessidade de preservação do meio ambiente (QUEIROZ, 2011). Nesse ponto de vista, a EA, vem viabilizar através de uma visão holística e socioambiental as diferentes formas de idealizar, de praticar a ação educativa nesse segmento.

No atual contexto, as questões ambientais tem sido alvo de intensos debates em todo o mundo. E para estender o tema a nível mundial, foram e continuam sendo realizados vários Encontros e Conferências, dentre os quais se destacam o I Congresso em Tbilisi (Georgia), Rio-92, Rio+5. Em geral, os discursos giram em torno de soluções rápidas e eficientes que minimizem os efeitos catastróficos do aquecimento global decorrente da poluição e outros tipos de danos causados pelo ser humano, mas também conjecturam novas propostas que contribuam para o desenvolvimento da conscientização ambiental planetária.

A Educação Ambiental enquanto aspecto teórico em constante processo de construção abrange as diversas camadas da sociedade e as dimensões biológicas, química, física, cultural, espiritual, econômica, social, organizacional etc. E como motivação para ações cotidianas de conservação ambiental e manutenção da vida por meio da sustentabilidade, possui várias vertentes de incentivo à preservação, conservação ou recuperação do meio ambiente, dentre as quais estão: a corrente naturalista, conservacionista/recursista, resolutiva, sistêmica, científica, humanista, holística, as mais recentes são, feminista etnográfica, ecoeducação.

Sobre a sustentabilidade tem-se a priori a visão de este conceito levar em consideração que o alicerce de um crescimento econômico deve ser viabilizado pelo desenvolvimento sustentável, isto é, pressupondo respeito, valorização e conservação dos recursos e ao mesmo tempo incentivando o avanço na economia sustentável. Mas pode-se observar no decorrer da pesquisa que este tema está voltado mais para uma tendência que visa a cidadania planetária.

Uma nova ideologia socioambiental tem sido evidenciada, a denominada Ecopedagogia, um movimento que está atrelado ao conceito de Sustentabilidade. Sendo assim, a Ecopedagogia também conhecida Pedagogia da Terra, tem suas raízes imbricadas na EA, ambas estão justapostas para concretização de uma educação holística e socioambiental.

No entanto, a Ecopedagogia está pautada em uma abordagem mais ampla que implica na reflexão/ação, na visão de mundo, na educação para o futuro, a cidadania planetária, na virtualidade e a Pedagogia da Terra, dando ênfase à humanidade e sua relação inerente com a

natureza. Ou seja, tem um profundo apreço pela nossa existência e pelos nossos planos de vida neste planeta.

A escolha dessa temática se deu a partir de uma aula ministrada pela professora Cláudia Gomes – na UFPA, Campus Castanhal, onde foi exibido um documentário denominado “Home”, que em português significa casa, o vídeo retratava as grandes transformações ambientais provocadas pelo homem nos últimos 20 anos. Foi então que surgiu a possibilidade de escrever um Trabalho de Conclusão de Curso voltado para a Educação Ambiental.

Partindo dessa premissa, a presente pesquisa de cunho bibliográfico, exploratório e qualitativo teve por objetivo fazer uma breve análise das abordagens em Educação Ambiental, apresentando as perspectivas da Sustentabilidade evidenciando a Ecopedagogia. Além da análise bibliográfica, fez-se uma pesquisa de campo sobre o Projeto Com-Vida na Escola Municipal Madre Maria Viganó – Castanhal/PA. Esse estudo consiste em responder a quatro interpelações: Em primeiro lugar, almeja-se entender o contexto histórico e conceitual da EA e seus enfoques. Na segunda seção, busca-se fazer menção aos vislumbres da EA quanto à Sustentabilidade. No terceiro momento, propõe-se corroborar quais as propostas da Ecopedagogia no que se refere à questão ambiental. E por fim, pretende-se verificar a real condição da EA e seus pressupostos no contexto escolar.

Na tentativa de encontrar respostas coerentes e plausíveis para essas questões, foi feito um levantamento de natureza bibliográfica sobre a temática e realizou-se uma pesquisa na Escola Madre Maria Viganó. Os subsídios literários são oriundos de materiais impressos e digitais, apresentados em forma de livros, artigos científicos e teses atualizadas. Para a composição teórica foram utilizados autores conceituados e de renome na área: Born (2002); Dias (1994); Gadotti (2010); Gutiérrez & Prado (1999); Guimarães (1995); Jacobi (1997) Pádua (1998); Queiroz (2011); Reigota (2007); Rodrigues (1997), Tristão (2004) dentre outros. A seguir a seção II contextualiza esta pesquisa.

2. SEÇÃO II – CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A educação como princípio básico, é tida como ato ou processo no qual o indivíduo pode ser ensinado ou educar-se. Nesse processo, utiliza-se a aplicação de métodos próprios ou tendências pedagógicas, baluartes teóricos a fim de garantir a formação e o desenvolvimento físico, intelectual, ético e moral.

No que diz respeito EA conceitual, esta abrange todo o ciclo de vida planetária, atuando principalmente em defesa dos recursos naturais. Para Guimarães (1995) a natureza pode ser definida pelo conjunto de elementos vivos e não-vivos que constituem o planeta Terra, onde todos estes se relacionam influenciando e sofrendo influência entre si em um equilíbrio dinâmico. A natureza é definida pelo sistema de relação entre os seres vivos e o meio em que vivem.

As incursões acerca da EA perpassam por vários pontos, um dos quesitos centrais diz respeito à preservação do planeta, que visa despertar na sociedade um maior interesse pela causa ambiental. De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1996):

“[...]Art. 1º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

Em virtude disso, a EA funciona a partir de um prisma individual onde se estabelece um conjunto de conhecimentos pessoais por meio da relação com o outro, promovendo também uma relação com o mundo, e, assim assegurando um crescimento cidadão coerente e condizente com as atitudes individuais e conjuntas. Reigota (1994) declara:

“Para que possamos realizar a educação ambiental, é necessário, antes de tudo, conhecermos as concepções de meio ambiente das pessoas envolvidas na atividade [...] A educação ambiental deve orientar-se para a comunidade. Deve procurar incentivar o indivíduo a participar ativamente da resolução dos problemas no seu contexto de realidades específicas” (REIGOTA, 1994, s/p.).

A Educação Ambiental deve estar ligada diretamente à identificação e à busca de solução para os problemas ambientais estabelecidos localmente, além da relação desses problemas com a população que vive no entorno, os impactos na convivência cotidiana dos grupos humanos com a natureza. Para Dias (1994):

“A EA se caracteriza por incorporar as dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais, ecológicas e éticas, o que significa que ao tratar de qualquer problema ambiental, devem-se considerar todas as dimensões. Assim, a EA, enquanto perspectiva política abrange um olhar global, abarcando todas as dimensões da sociedade. A maior parte dos problemas com o meio ambiente tem suas raízes na

miséria, que são decorrentes de políticas concentradas no poder, e conseqüentemente resultam em desemprego e degradação ambiental” (DIAS, 1994).

Em um terreno altamente político e ideológico, a EA surgiu como proposta ao enfrentamento dessa crise através da articulação entre as dimensões social e ambiental (VENTURA; SOUZA, 2010, p.14). Isso reflete o fato de que a EA pode e deve ser lembrada como uma medida socioambiental que busca mostrar um olhar voltado para a resolução dos problemas ambientais, através de uma educação de conscientização social.

Para Pádua e Tabanez (1998), a educação ambiental proporciona a elevação de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, condições básicas para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente. Com isso, a EA mostra a face transformadora das ações humanas, isto é, dependendo da atitude do sujeito poderá ou não haver um equilíbrio entre o homem e a natureza. Isso nos leva a entender o papel relevante e atuante da EA mediante a conjuntura social.

Nesse sentido, EA é uma forte aliada e funciona como elemento efetivo no processo de formação e educação permanente do indivíduo, como um meio direcionado para quebrar barreiras, coopera com a inclusão direta do público, trazendo para o sistema educativo valor e relevância, gerando uma maior interdependência entre o sistema apresentado e o ambiente natural, com a finalidade de uma crescente harmonia na sociedade.

Segundo Jacobi (1997), o principal eixo de atuação da EA deve ser, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença através de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas e dialógicas. Isto se consubstancia no objetivo de criar novas atitudes e comportamentos diante do consumo na nossa sociedade e de estimular a mudança de valores individuais e coletivos (JACOBI, 1997). O autor coloca em pauta a pluralidade de valores que EA expõe no sentido de despertar na sociedade uma visão crítica sobre o comportamento diante das questões ambientais.

Igualmente, a EA, na sua complexidade, configura-se como a possibilidade de religar a natureza e a cultura, a sociedade e a natureza, o sujeito e o objeto. Este enlace está baseado na relação do ser humano com o meio ambiente, da sociedade com a natureza, das sociedades entre si, e encontra-se em construção e em debate (TRISTÃO, 2004).

Substancialmente, a EA entra como possibilidade de reencantamento, abre possibilidades de novos conhecimentos, de introdução de novas metáforas pela sua condição de diálogo e de convergência de várias áreas do saber (TRISTÃO, 2004). Com isso, a AE abre caminho para um novo pensar ecológico e discussões acerca de uma educação interdisciplinar. O que é reafirmado por ela no recuo seguinte:

“Além de vir alargando o seu escopo de possibilidades, de promover mudança ética, sustenta-se em uma educação voltada pela ação e para a ação. Logo, agrega e fortalece as iniciativas da chamada educação para a cidadania, da ecopedagogia, da educação para sociedades sustentáveis, da educação para a gestão ambiental, enfim, das várias denominações e representações que recebe” (TRISTÃO, 2004, p. 45).

Assim sendo, a autora argumenta que as propostas apresentadas e as designações têm os mesmos valores, por estarem ancoradas em uma educação orientada para a sustentabilidade e de uma prática pedagógica ambiental. Para Reigota (1994):

“A EA promove a construção de saberes pessoais que são inscrição de subjetividade diversa na complexidade do mundo. Este conhecimento pessoal é construído em um processo dialético de confronto com a realidade e de diálogo com outro (com outros), que consistência e coerência ao saber, além de confrontar interesses, muitas vezes contrapostos, mas inseridos nos saberes pessoais e coletivos do mundo” (REIGOTA, 1994, p. 121).

A visão acerca da AE nesse contexto vai além da preservação do meio ambiente e seus recursos, ela pressupõe um olhar voltado para uma educação de conscientização sobre o meio e para o meio que em vivemos, pois existe uma estreita e intrínseca relação entre o ser humano e o meio ambiente. Segundo Carvalho (2006):

“A Educação Ambiental é considerada inicialmente como uma preocupação dos movimentos ecológicos com a prática de conscientização, que seja capaz de chamar a atenção para a má distribuição do acesso aos recursos Naturais, assim como ao seu esgotamento, e envolver os cidadãos em ações sociais ambientalmente apropriadas” (CARVALHO, 2006, p. 71).

A priori, o autor prova que a proposta da AE, deveria está pautada na construção de valores ético-sociais no sentido de haver uma conscientização da população sobre as graves crises ambientais. Assim, novas atitudes seriam tomadas frente à realidade. De acordo com os argumentos de Guedes (2006):

“A Educação Ambiental é um tema muito discutido atualmente devido ao fato de se perceber a necessidade de uma melhoria do mundo em que vivemos, pois é facilmente notado que estamos regredindo cada vez mais em nossa qualidade de vida de um modo geral, nos deixando levar por nossas obrigações diárias. Nosso tempo nos parece cada vez mais curto porque temos cada vez mais compromissos” (GUEDES, 2006).

Aqui o autor remonta a ideia de uma mudança na qualidade de vida. A falta de empenho com as ações ambientais tem deixado o homem cada vez mais distante de uma vida socioambiental equilibrada. O que dificilmente levaria o homem a pensar nas possíveis consequências e perdas decorrentes da degradação ambiental. Com relação à EA no currículo, o artigo 225 da Constituição Federal do Brasil cita:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Percebe-se então, uma inquietação quanto às questões ambientais. E a lei mostra a responsabilidade das escolas quanto a organização e formulação de estratégias pedagógicas para englobar de maneira diversificada os conteúdos ambientais no trabalho educativo (Brasil, 1988). Já a Política Nacional de Educação Ambiental (1999) dispõe no artigo 2º que:

“A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999).

Baseado nisso, a seguridade da EA deve ser garantida nos currículos escolares, sendo aacionada nas diversas áreas de conhecimento de forma flexível e de acordo com a realidade local. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, a EA é colocada como um conteúdo que deve ser trabalhado não como disciplina, mas como tema transversal permeando assim toda a prática educacional (PCN, 1997). Para Brasil (1997):

“A perspectiva ambiental consiste num modo de ver o mundo em que se evidenciam as inter-relações e a interdependência dos diversos elementos na constituição e manutenção da vida. Em termos de educação, essa perspectiva contribui para evidenciar a necessidade de um trabalho vinculado aos princípios da dignidade do ser humano, da participação, da co-responsabilidade, da solidariedade e da equidade” (BRASIL, 1997).

Guimarães (1995), afirma que a EA é como um processo educativo voltado para a participação de seus atores, educandos e educadores, na construção de uma melhor qualidade de vida. O autor deixa claro que a EA é urgente para as novas gerações em idade de formação de valores e atitudes, além da população em geral, passa também a ser emergencial dada à situação ambiental em que nos encontramos (GUIMARÃES, 1995). Diante disso, a EA enquanto proposta educativa requer comprometimento de todos, uma vez que a problemática ambiental compreende todo o planeta.

Portanto, a EA, configura-se como meio pelo qual o indivíduo pode educar-se nos seus diferentes aspectos, sejam sociais, éticos, morais, político, econômico etc. Através de uma consciência ambiental fundamentada no respeito à natureza e tudo que a envolve.

2.1 Breve Histórico da Educação Ambiental

No contexto histórico, o termo EA é recente surgiu por volta da década de 70. Mas a vida humana está relacionada ao meio ambiente desde os primórdios. Por meio da natureza o indivíduo sempre adquiriu seu sustento, de modo, que de geração em geração esse

conhecimento foi sendo difundido. Assim, tacitamente praticava-se aquilo que atualmente chamamos de Educação Ambiental.

A relação entre o homem e a natureza era harmônica, o sujeito somente utilizava os recursos necessários para sua subsistência. De acordo com Kruger (2001):

“Quando os recursos naturais eram extraídos na natureza, o homem o fazia de forma parcimoniosa, apenas o necessário, sem desperdício e os resíduos eram degradados e absorvidos por ela sem comprometer o meio ambiente, constituindo parte de um ciclo natural de decomposição. A percepção humana era extremamente desenvolvida, pois era essencial a sua sobrevivência, como na procura por alimentos e na sua proteção de animais e intempéries” (Kruger, 2001).

Com o tempo o homem e a ciência evoluem. O ser humano começa a obter maior conhecimento acerca do meio que vive, e, por conseguinte passa a explorá-lo excessivamente. Assim, a relação homem/natureza sofre alterações visíveis. O sujeito-homem passa a monopolizar a natureza, e por ações inadequadas começa a comprometê-la e a submetê-la aos seus interesses.

Nesse período, novas formas de relação entre o homem e a natureza surgem, mas infelizmente de maneira perigosa, devido à ambição humana. E devido aos vários conflitos bélicos históricos, e um dos exemplos mais evidente é a Primeira Guerra Mundial.

Por volta de 1923, em Paris, o tema meio ambiente começa a ser difundido por meio do I Congresso Internacional em defesa do meio ambiente. Foi nessa mesma ocasião que a ecologia passou e ser reconhecida como ciência.

Outra estrondosa agressão a natureza, senão uma das piores, aconteceu entre os anos de 1939 a 1945, na Segunda Guerra Mundial. Um dos fatos marcantes dessa época foi o massacre humano em Hiroshima e Nagasaki, no qual as bombas atômicas afetaram devastadoramente a natureza.

Um ano depois, de acordo com Jeorge (1973), ocorreu na Basiléia (Suíça), no ano de 1946, por meio da Liga Suíça para Proteção da Natureza, a Conferência Internacional de Proteção à Natureza.

Passado esse clima de subversões bélicas, os anos que se seguem (50 e 60) são apontados como períodos de mudanças significativas e despertar para os acontecimentos relacionados ao meio ambiente. Os impactos ambientais começaram a afetar as diferentes classes econômicas através de consecutivas catástrofes. O que acabou gerando uma atmosfera de instabilidade ambiental e social.

Nessas décadas, mais especificamente, a década de 60, muitos movimentos começam a surgir, como afirma Cascino (2000):

“Movimentos transformadores na humanidade, como o dos hippies, a explosão do feminismo, o movimento negro ou Black Power, o pacifismo, a libertação sexual e a “pílula”, as drogas, o rock-and-roll, as manifestações anti-Guerra Fria e a corrida armamentista-nuclear, anti-Vietnã” (Cascino, 2000).

Em meados dos de 1962, uma famosa jornalista chamada Rachel Carson difundia seu livro intitulado Primavera Silenciosa, um material interessante que acabou tornando-se um clássico em favor do movimento ambientalista mundial. No livro a autora prevenia sobre os efeitos catastróficos de ações humanas em relação ao ambiente, alertava sobre as consequências eminentes, a exemplo disso, prejuízos a saúde, afetando a qualidade de vida por causa do uso incontrolável e exacerbado de produtos químicos e seus posteriores efeitos sobre o meio ambiente. (DIAS, 1998)

Oito anos depois, originou-se no Reino Unido, o Conselho para Educação Ambiental, além disso, Dias (1998), afirma que:

“Que no mesmo ano, trinta especialistas de várias áreas se reuniram em Roma para discutir a crise atual e futura da humanidade, fundando-se assim o Clube de Roma que em 1972 passaria a produzir o relatório. Os Limites do Crescimento Econômico (The Limits of Growth), onde este denunciava o crescente consumo mundial, levando a humanidade a um limite de crescimento e possível colapso, estudando assim as ações na busca por um mundo equilibrado com a redução do consumo tendo em vista determinadas prioridades sociais. Ainda em 1968 a delegação da Suécia na ONU alertava sobre a degradação do meio ambiente e sugeria uma abordagem global para busca por soluções dos problemas ambientais” (DIAS, 1998).

No relatório do Clube de Roma, foram divulgadas advertências quanto à falência nos recursos naturais, elevação da população e principalmente, a deterioração irreversível do meio ambiente. Isso foi o estopim para que os ecologistas atribuíssem os problemas ambientais no âmbito governamental dos países desenvolvidos.

No início da década de 70, ocorreu a I Conferência Mundial Sobre Meio Ambiente Humano, um movimento que deu margem para as primeiras incursões ambientais em que países desenvolvidos estiveram envolvidos diretamente, autoridades governamentais, especialistas e políticos representavam 113 nações. Além de 250 organizações não governamentais.

Na Conferência de Estocolmo em 1972, foram instituídos vários programas, tais como: UNEP (Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas), ministérios, agências que intuito de manusear os percursos ambientais, além da promulgação de regulamentos e leis ambientais. Surgiram ainda movimentos governamentais e não-governamentais em função dos estímulos para o controle da poluição. Em virtude desse feito, a Conferência de Estocolmo é tida como a primeira declaração oficial e universal sobre a questão ambiental. (PEDRINI, 1997)

Em 1975, aconteceu o Seminário Internacional de Educação Ambiental, na cidade de Belgrado, cujo nome deu título ao primeiro documento oficial resultante da Conferência sobre Educação Ambiental, denominado a Carta de Belgrado. (PEDRINI, 1997)

A Carta de Belgrado sustenta-se como um apontamento norteador sob a proposta de uma educação ambiental de setor interdisciplinar ou transdisciplinar. Uma vez que cingia vários aspectos na relação homem/natureza, confirmando a necessidade de um olhar ético e comprometido com as causas ambientais.

Já a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental de Tbilisi realizada em 1977 na Geórgia, retrata a evolução na Educação Ambiental. Assim, o documento final de Tbilisi tornou-se referência no contexto da Educação Ambiental, pois prioriza a dimensão educativa. Os apontamentos instituídos no documento foram planos, ações, estratégias, princípios que norteiam e apóiam o crescimento da educação ambiental.

No ano de 1987, em Moscou, ocorreu o Congresso Internacional de Educação e Formação. Um movimento que ratificou o documento estabelecido em Tbilisi, no qual propõe em linhas gerais que as finalidades da educação ambiental não deve ser acentuados sem que leve em consideração o contexto social, econômico e ecológico.

Assim, evidenciou-se a necessidade unânime e emergente de elaborar um novo plano que vislumbrasse o ciclo local e mundial, com intuito de capacitar os sujeitos e torná-los ativos no movimento de conscientização, bem como incentivá-los a preservar o meio ambiente como um todo. Nesse sentido, criou-se um plano de ação para a década de 1990, doravante enunciado pela UNESCO em 1988, como "Estratégias Intencionais de educação e formação ambiental para a década de 1990". A ideia era colocar em pauta a educação ambiental em todas as fases de ensino. Ainda com intento de habilitar e qualificar tanto alunos, como professores e conhecedores das questões ambientais.

Mas a razão central do congresso em Moscou pairava sobre a divulgação da concepção de desenvolvimento sustentável, uma corrente que comporta as demandas da sociedade econômica e concomitantemente ajuda na preservação ambiental e promove as potencialidades ambientais. Foi a partir desse momento que o tema desenvolvimento sustentável começa a ganhar espaço nas discussões sobre meio ambiente.

Mas somente em 1992, na cidade do Rio de Janeiro (Brasil) que às questões socioambientais foram retomadas na Conferência Internacional Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Que "se constitui num a celebração de Estocolmo/1972".

A via de deliberação girava em torno de ajustes, tática que abarcassem uma visão mundial, partindo do pressuposto de que se acatem "os interesses de todos e se proteja a

probidade do sistema ambiental e o desenvolvimento mundial". Assim foram pontuados aspectos positivos e negativos, interesses divergentes entre os países ricos e pobres.

Ao final chegou a elaboração de cinco documentos, dos quais os temas mais alarmantes ainda continuaram. O que ficou claro é que os países membros do Norte não apresentaram maiores preocupações ou interesse em ajudar diretamente (com recursos financeiros) para propiciar o desenvolvimento sustentável.

Na Conferência de 92, as metas estipuladas iam de encontro com as questões sociais. No que concerne à educação ambiental, foi criada agenda 21, tida como estratégias ambientais mundiais para o século 21. Nela foram confirmadas as sugestões de Tbilisi, dando, no entanto, destaque ao desenvolvimento sustentável como parte primordial no processo de aprendizagem. Sobre a agenda 21, BORN, (2002) apud KOHLER (2005) afirmam:

“A Agenda 21 Global incorporou algumas características que permitiram que esta fosse interpretada como produto de um processo participativo de ações e de políticas para transformação do padrão de desenvolvimento e governança dos interesses e dos conflitos humanos, lastreados no diálogo e no pacto entre atores sociais, incluindo governos e parlamentares, com base no ideário da sustentabilidade” (BORN, 2002 apud KOHLER, 2005, p. 718).

Assim esta última conferência como as demais que se sucederiam, tais como: Conferência de Thessalonik - Grécia, 1997; Conferência de Johannesburgo – Rio + 10 na África do Sul, 2002. Desta última, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável – DEDS (2005 – 2014), de acordo com Feitosa (2014), viriam como forma de programar as recomendações e acordos estabelecidos pelas Conferências até então realizadas. (FEITOSA, 2014).

2.2 Enfoques da Educação Ambiental quanto a Sustentabilidade

A designação “desenvolvimento sustentável” nasceu a partir de pesquisas da Organização das Nações Unidas sobre as modificações ambientais, como uma proposta a sociedade diante do caos social e ambiental que o mundo enfrentava a partir do século XX.

Na Conferência de Ottawa, no ano de 1986 (Carta de Ottawa, 1986) constituiu cinco condições para se atingir o desenvolvimento sustentável:

“- integração da conservação e do desenvolvimento; - satisfação das necessidades básicas humanas;- alcance de equidade e justiça social;- provisão da autodeterminação social e da diversidade cultural;- manutenção da integração ecológica” (CARTA DE OTTAWA, 1986).

Entretanto, o termo desenvolvimento sustentável somente foi consolidado no ano de 1992, na Agenda 21, um documento estabelecido na Conferência ‘Rio-92’ e acionado em outras agendas globais de desenvolvimento e de direitos humanos.

Desde então, a desenvolvimento sustentável tem sido colocada como uma necessidade que vislumbra um consumo consciente dos recursos naturais, de forma equilibrada, ou seja, propõe um desenvolvimento econômico e social a fim de suprir as demandas da sociedade atual sem causar prejuízos futuros. No entanto, as similaridades nos termos podem nos confundir. Desenvolvimento sustentável difere em parte de sustentabilidade. Segundo Gadotti (2013):

“A sustentabilidade tornou-se um tema gerador preponderante neste início do milênio, para pensar só no planeta, um tema portador de um projeto social global e capaz de reeducar nosso olhar e todos os nossos sentidos, capaz de reacender a esperança no futuro possível com dignidade para todos” (GADOTTI, 2013, p. 11).

Nesse sentido, o foco está na sustentabilidade como agente de contribuição para uma EA pautada na perspectiva socioambiental, ecológica e planetária. Sachs (1993) descreve a sustentabilidade dividida nos seguintes conceitos:

Sustentabilidade ecológica – refere-se à base física do processo de crescimento e tem como objetivo a manutenção de estoques dos recursos naturais, incorporados as atividades produtivas. **Sustentabilidade ambiental** – refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das agressões antrópicas. **Sustentabilidade social** – refere-se ao desenvolvimento e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população. Para o caso de países com problemas de desigualdade e de inclusão social, implica a adoção de políticas distributivas e a universalização de atendimento a questões como saúde, educação, habitação e seguridade social. **Sustentabilidade política** – refere-se ao processo de construção da cidadania para garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento. **Sustentabilidade econômica** – refere-se a uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado. Implica a avaliação da eficiência por processos macro social” (AGENDA 21 BRASILEIRA).

Segundo o autor fica claro que a sustentabilidade abarca todas as esferas da sociedade. Na medida em que propõe bases de desenvolvimento sustentável visando também o equilíbrio na relação homem/natureza. Santos (1997) sugere:

“Sustentabilidade implica defesa do meio ambiente para que as próximas gerações possam sobreviver e inclusive incrementar sua qualidade de vida. Sustentabilidade implica também a eliminação da pobreza e das terríveis desigualdades entre as classes sociais, os povos e as regiões do globo para assegurar um desenvolvimento para todos. (...), além disso, implica o desenvolvimento de padrões de conduta, relações sociais e institucionais, de poder e governabilidade mundial que respeitem as diferenças étnicas, culturais e civilizacionais” (SANTOS, 1997, p. 59).

Além disso, a sustentabilidade, no sentido das diversidades culturais e ambientais, é comprometida com várias opções, pelas especificidades étnicas e culturais que cada região possui (TRISTÃO, 2004)

Na medida em que a Educação Ambiental ao remeter-nos à questão da sustentabilidade da vida pode estar se referindo a ela em toda a sua diversidade e dimensões

“(…) ou ainda pode referir-se à sua preservação, conservação ou recuperação ou ao seu aprimoramento e melhoria. Isso amplia a possibilidade de compreensões diversificadas sobre o papel e a forma de se fazer Educação Ambiental” (SORRENTINO, 1995, p. 103). Hammes (2012) assegura:

“A sustentabilidade vai além da preservação dos recursos naturais e da viabilidade de um desenvolvimento sem agressão ao meio ambiente. Implica em equilíbrio do ser humano consigo mesmo e com o planeta – mais ainda, com o universo. Assim a sustentabilidade que defendo se refere ao próprio sentido do que somos, de onde viemos e para onde vamos, como seres do sentido e doadores de sentido de tudo o que nos cerca” (HAMMES, 2012, p.42).

Nessa acepção, percebe-se que a EA, enquanto perspectiva sustentável mostra a compreensão pluralizada da relação entre natureza e ser humano de modo que um depende do outro para a sua manutenção.

Diante do exposto, a sustentabilidade é maior do que o desenvolvimento sustentável. Para haja uma sociedade sustentável esta precisa viver e se desenvolver de forma interligada à natureza, levando-a como um bem comum ao respeitar a heterogeneidade biológica e sociocultural da vida e promovendo o pleno exercício da cidadania. O princípio da sustentabilidade, assim, tem por objetivo oferecer condições dignas de vida para as gerações atuais e futuras (RODRIGUES, 1997 apud REIGOTA, 2007, p.221).

Gadotti (2008), diz que a sustentabilidade enquanto processo educativo pode causar um impulso de caráter prático não só no que tange aos sujeitos, mas também nas imprescindíveis modificações do sistema educacional. Desse modo, podemos dialogar sobre um impacto no nível legal, melhoras educacionais, currículos, conteúdos, metodologia e no nível particular do compromisso, do engajado numa perspectiva de vida sustentável.

Assim sendo, Gadotti lembra que educar para a sustentabilidade sugere mudança no sistema educacional, pressupõe valorização da vida, cuidado contínuo com o planeta e com toda a comunidade, da qual a vida é considerada um ciclo. O que indica partilhar valores essenciais, princípios éticos e conhecimentos tais como: como reverência à terra e a toda a variedade da vida; cuidar da identidade da vida com abrangência, comiseração e amor; constituição de sociedades democráticas que sejam justas, ativas, sustentáveis e tranquilas. (GADOTTI, 2008, p.76). Ainda segundo o autor:

“A sustentabilidade é um conceito central de um sistema educacional voltado para o futuro. O sistema formal de educação, em geral, é baseado em princípios predatórios, em uma racionalidade instrumental, reproduzindo valores insustentáveis. Para introduzir uma cultura da sustentabilidade nos sistemas educacionais, nós precisamos reeducar o sistema: ele faz parte tanto do problema, como também faz parte da solução” (GADOTTI, 2008, p.76)

Nesse contexto, o autor observa que a sustentabilidade é um movimento influente, uma chance para que a educação reconstrua seus antigos sistemas, pautados em princípios e valores concorrentes. Inserir uma cultura da sustentabilidade e da paz no campo escolar é fundamental para que elas se tornem mais cooperativas e menos competitivas. (GADOTTI, 2008, p.76)

A sustentabilidade, portanto, tem uma ligação direta com a EA, pois esta pode ser uma válvula de escape no sentido de instigar nos indivíduos o interesse pela conservação do meio que nos cerca, consolidando-se assim em uma sustentabilidade íntegra e eficaz.

2.3 Ecopedagogia

A Ecopedagogia é um termo em processo de construção e tem sido incorporado ao campo da educação e caracterizado mais como um movimento do que como um novo viés teórico da educação.

A história da Ecopedagogia aparece inicialmente como “pedagogia do desenvolvimento sustentável” num estudo realizado pelo Instituto Latinoamericano de Pedagogia da Comunicação (ILPEC), da Costa Rica e assinado por Francisco Gutiérrez (1994). (GADOTTI, 2001).

O conceito Ecopedagogia é destacado, particularmente no Fórum Global 92, evento paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, Rio-92, e seus principais fundamentos.

De acordo com Gutiérrez e Prado (1999), a Ecopedagogia é definida como “a teoria da educação que promove a aprendizagem do sentido das coisas a partir ‘da vida cotidiana’.” Essa concepção foi criada pelo educador Francisco Gutiérrez, como sido anunciado pela UNESCO em 2000 e adotado pela ONU em 2002. A partir dos conteúdos contidos nos documentos da Agenda 21, sobre as expectativas socioambientais, que o Instituto Paulo Freire no Brasil, mediado por Moacir Gadotti, deu ênfase na Ecopedagogia, um movimento social alicerçados nos princípios ambientais. Assim, este representa um dos maiores movimentos políticos e educativos a preservação do meio ambiente por intermédio de uma educação que priorize a formação da consciência ecológica.

No Brasil, esse movimento surgiu em agosto de 1999, na cidade de São Paulo, durante o I Encontro Internacional da Carta da Terra na Perspectiva da Terra. Um dos artigos sobre a temática e cujo título era – Pedagogia da Terra – de Moacir Gadotti, foi exposto no I Fórum Internacional sobre Ecopedagogia, idealizado pela Faculdade de Psicologia e Ciências da

Educação da Universidade de Porto, Portugal, em março de 2000. Tendo como seu principal precursor no Brasil o centro de estudo sobre a Ecopedagogia o Instituto Paulo Freire.

Sobre a Ecopedagogia, Gadotti (2000) afirma:

"... a ecopedagogia não é uma pedagogia a mais, ao lado de outras pedagogias. Ela só tem sentido como projeto alternativo global onde a preocupação não está apenas na preservação da natureza (Ecologia Natural) ou no impacto das sociedades humanas sobre os ambientes naturais (Ecologia Social), mas num novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico (Ecologia Integral) que implica uma mudança nas estruturas econômicas, sociais e culturais. Ela está ligada, portanto, a um *projeto utópico*: mudar as relações humanas, sociais e ambientais que temos hoje. Aqui está o sentido profundo da Ecopedagogia, ou de uma *Pedagogia da Terra*, como a chamamos." (in: Pedagogia da Terra - ideias para um debate" (GADOTTI, PORTUGAL, 2000).

Percebe-se desse modo, nas ratificações do autor, que a Ecopedagogia tem uma abrangência para além da sustentabilidade ecológica, na relação homem/natureza, esta se compõe como um estilo de vida. Gadotti (2000):

"Deixa claro que não se opõe ecopedagogia à educação ambiental, mas amplia o seu campo de reflexão e de ação. Ele explica que a ecopedagogia está mais para uma educação sustentável, para uma ecoeducação, que não se preocupa apenas com uma relação saudável com o meio ambiente, mas com o sentido mais profundo do que fazemos com nossa existência, a partir da vida cotidiana, e que este sentido está intimamente ligado ao futuro de toda Humanidade e da própria Terra" (GADOTTI, 2000).

Com relação aos aspectos da Ecopedagogia, os termos estão ligados entre si, isto é, a Ecopedagogia refere-se à pedagogia orientada para a promoção das sociedades sustentáveis. (QUEIROZ, 2011)

Atrelado a esta compreensão, a Ecopedagogia é apresentada por Gadotti (2000) como:

"Uma Teoria da Educação que traz em si Novas Categorias Interpretativas relacionadas à subjetividade, a cotidianidade, ao mundo vivido, à visão holística, considerando à utopia e o imaginário, valorizando a paixão, o sentimento, as emoções, o desejo, o olhar, a escuta, onde haja crítica ao modelo da racionalidade instrumental, sendo apresentados princípios pedagógicos para uma sociedade sustentável" (GADOTTI, 2000, s/p.)

Nessa acepção, o autor coloca a Ecopedagogia como um novo olhar pedagógico sustentável interligado aos vários aspectos da sociedade. Já para Gutiérrez (2008):

"A cidadania ambiental e a cultura da sustentabilidade serão necessariamente o resultado do fazer pedagógico que conjuga a aprendizagem a partir da vida cotidiana. Nenhuma educação pode desentender-se do pedagógico entendido como promoção da aprendizagem produtiva. Promover significa facilitar, acompanhar, recuperar, dar espaço, inquietar, problematizar, compreender, entusiasmar, apaixonar, amar. [...] A ecopedagogia se refere à pedagogia como promoção da aprendizagem" (GUTIÉRREZ, 2008, p. 59- 60).

Neste ponto, Gutiérrez apresenta a Ecopedagogia como viés promovedor de aprendizagem produtiva no cotidiano, e busca abranger uma sustentabilidade voltada para a educação socioambiental.

Gadotti (2000) mostra onze princípios da Ecopedagogia ou como ele denominava Pedagogia da Terra:

1. O planeta como uma única comunidade.
2. A Terra como mãe, organismo vivo e em evolução.
3. Uma nova consciência que sabe o que é sustentável, apropriado, e faz sentido para a nossa existência.
4. A ternura para com essa casa. Nosso endereço é a Terra.
5. A justiça sóciocósmica: a Terra é um grande pobre, o maior de todos os pobres.
6. Uma pedagogia biófila (que promove a vida): envolver-se, comunicar-se, compartilhar, problematizar, relacionar-se entusiasmar-se.
7. Uma concepção do conhecimento que admite só ser integral quando compartilhado.
8. O caminhar com sentido (vida cotidiana).
9. Uma racionalidade intuitiva e comunicativa: afetiva, não instrumental.
10. Novas atitudes: reeducar o olhar, o coração.
11. Cultura da sustentabilidade: ecoformação. Ampliar nosso ponto de vista.

Ainda sobre a Ecopedagogia sua função primordial segundo Pereira (2007) é:

“Reeducar o olhar das pessoas, isto é, desenvolver a atitude de observar e evitar a presença de agressões ao meio ambiente e aos viventes e o desperdício, a poluição sonora, visual, a poluição da água e do ar etc. para intervir no mundo no sentido de reeducar o habitante do planeta e reverter a cultura do descartável. Experiências cotidianas aparentemente insignificantes, como má corrente de ar, um sopro de respiração, a água da manhã na face, fundamentam as relações consigo mesmo e com o mundo. A tomada de consciência dessa realidade é profundamente formadora. O meio ambiente forma tanto quanto ele é formado ou deformado. Precisamos de uma ecoformação para recuperarmos a consciência dessas experiências cotidianas. Na ânsia de dominar o mundo, elas correm o risco de desaparecer do nosso campo de consciência, se a relação que nos liga a ele for apenas uma relação de uso” (PEREIRA, 2007, p. 80).

Nesse argumento, o autor esclarece a finalidade da Ecopedagogia, deve favorecer inúmeras mudanças na mentalidade e no comportamento do homem em relação ao meio ambiente, por meio da Educação Ambiental. O papel da Ecopedagogia então é se fazer valer dos estudos, métodos e práticas pedagógicas, em favor da Educação Ambiental, conscientizando os formadores do cidadão crítico e ambientalmente envolvido, possibilitando o desenvolvimento sustentável por meio da conscientização socioambiental e ecológica. (PEREIRA, 2007, p. 80)

Keim (2006) discute sobre ações educativas na perspectiva da Ecopedagogia, contemplando uma dimensão ontológica, epistemológica e contextual na esfera ético-planetária e de valorização da vida, considerando a vida como dinâmica eco-desorganizativa/organizativa que valoriza o diferente e as diferenças.

Avanzi (2004) trata das concepções de Educação, Sociedade e Natureza que sustentam as propostas da Ecopedagogia, percorrendo as referências teóricas que fundamentam a composição do holismo, da complexidade e da pedagogia freiriana, tratando ainda de características que marcam a Ecopedagogia, como planetariedade, cidadania planetária, cotidianidade e pedagogia da demanda, discutindo a abordagem metodológica desta vertente que busca contribuir para a formação de novos valores para uma sociedade sustentável. (AVANZI, 2004)

Os autores pontuam suas impressões e perspectivas acerca do termo Ecopedagogia, trazendo uma visão que abarca outras vertentes das quais a Ecopedagogia é abordada, sem fugir do real propósito que é uma sociedade consciente e fundamentada na cidadania ambiental e planetária. Conforme sinaliza Oliveira (2003):

“(...) a cultura ecopedagógica poderá e deverá ser um caminho para um agir sustentável em relação às raças, gêneros, culturas locais, sexo, recursos naturais, organizações políticas, ambientais, econômicas e sociais, que possibilitará a todos terem o direito de viver e escolher os indicadores de qualidade e felicidade de vida, inspirados em princípios de respeito, solidariedade, igualdade, justiça, participação, paz, segurança, conservação honestidade, precauções, entre outros valores, que pressupõem uma prática ecopedagógica emancipatória, voltada para uma cidadania planetária, ao se fazer com o outro e com o mundo” (OLIVEIRA, 2003).

Gutiérrez & Prado (2000) argumentam que:

“As propostas que nos interessam em Ecopedagogia são as diretamente relacionadas com o desenvolvimento sustentável, a formação da cidadania planetária e, por conseguinte, a criação e a promoção da cultura da sustentabilidade” (Gutiérrez & Prado, 2000, p. 30).

Por conseguinte, a Ecopedagogia prima pela conscientização da ação educativa, pois este é o princípio principal para se atingir o âmbito da educação ambiental. Assim, o movimento pela Ecopedagogia pode ser direcionado não somente a nível mundial, mas também a condição local.

Desse modo, o movimento social da Ecopedagogia como proposta de educação ambiental mantém como fundamento primordial alguns conceitos básicos como: interação solidária, subjetividade coletiva, sensibilidade, afetividade, espiritualidade e auto-organização. A consciência ambiental, incutida neste movimento traz novas formas de pensar e agir, e se caracteriza como um novo paradigma que requer mudanças no âmbito político, econômico, cultural, educativo e social. (GUTIÉRREZ & PRADO, 2000, P. 30).

Para se atingir uma determinada finalidade social a proposta de educação ambiental ecopedagógica transpõe concepções que corroboram para ações no agora e no mediato, locais e globais, perto e longe, o individual e coletivo, de forma equilibrada e organizada. De tal

modo, lança atos diretos e indiretos que delongam a breve e extenso prazo a concretização da consciência ambiental na constituição da cidadania planetária (Gutiérrez & Prado 2000).

No que se refere à Ecopedagogia no currículo escolar, a Ecopedagogia institui um vínculo muito intenso entre educação e ambiente, pois confia que conforme Gutiérrez & Prado (2000, p. 14) “educar-se é impregnar de sentido as práticas da vida cotidiana”. De acordo com Avanzi apud Layrarques (2004, p. 41):

“A Ecopedagogia procura se desenvolver, atualmente, como movimento social e também como abordagem curricular. O primeiro é marcado por seu surgimento vinculado política de Organizações não Governamentais e outros movimentos da sociedade civil em torno da discussão e elaboração da Carta da Terra” (AVANZI APUD LAYRARQUES, 2004, P. 41)

A Ecopedagogia sugere uma reorientação dos currículos para que unifiquem certos princípios defendidos por ela. Esses pressupostos deveriam, por exemplo, guiar a compreensão de conteúdos e a preparação dos livros didáticos. Piaget nos instruiu que os currículos devem considerar o que é expressivo para o aluno. Entendemos que isso é correto, mas incompleto. “Os conteúdos curriculares têm de ser significativos para o aluno, e isso só se realizará se esses conteúdos forem significativos também para a saúde do planeta, para o contexto mais amplo” (GADOTTI, 2000, p. 92)

Para Santana & Lima (2009) “se forem incorporados nos currículos alguns aspectos defendidos pela Ecopedagogia, poderão nortear de outra forma a abordagem aos conteúdos escolares, interrelacionados com a questão ambiental” (SANTANA; LIMA 2009, P. 04). Destarte, os conteúdos expostos no ambiente escolar terão significado para dos alunos.

Para Gadotti (1996), a Ecopedagogia indubitavelmente, precisará influenciar a composição e o funcionamento dos sistemas de ensino. É de conhecimento geral que os regulamentos nacionais de educação surgiram no século transcorrido sob o símbolo da pedagogia modelar, racionalista e centralizadora. Para o autor, a Ecopedagogia indica um novo caminho de comando diante da ingovernabilidade nos presentes métodos de ensino, implicando a descentralização democrática e uma racionalidade baseada na ação comunicativa.

Assim, a Ecopedagogia persiste na necessidade de entendermos e adotarmos as configurações de (*vínculos, relações*) como conteúdos. Nesse sentido, Ecopedagogia mostra-se como defensora da “promoção da vida”, dos conteúdos relacionais, das vivências, das atitudes e dos valores, a “prática de pensar a prática” (Paulo Freire).

Para Gadotti (1996):

“A ecopedagogia defende ainda a valorização da *diversidade cultural*, a garantia para a manifestação das minorias étnicas, religiosas, políticas e sexuais, a

democratização da informação e a redução do tempo de trabalho para que todas as pessoas possam participar dos bens culturais da humanidade. A ecopedagogia, portanto, é também uma pedagogia da *educação multicultural*” (GADOTTI, 1996, P.5).

Enfim, a Ecopedagogia não é uma pedagogia escolar. Ela não se conduz exclusivamente aos profissionais da educação, mas a todos os seres humanos (GADOTTI, 1996, P.5). Como destaca Gutiérrez (1996), “estamos frente a duas lógicas que de modo algum devemos confundir: a lógica escolar e a lógica educativa” (GUTIÉRREZ, 1996, p.26). Nesse contexto, “a Ecopedagogia não é uma pedagogia a mais, ao lado de outras pedagogias. Ela insere-se também num movimento recente de renovação educacional que inclui a transdisciplinaridade e o holismo.” (GADOTTI, 1996, p.6).

É nessa conjectura que a Ecopedagogia, como uma pedagogia prática que pode orientar os alunos de agora para cumprir a missão de manter uma sociedade consciente e assim arquitetar um futuro sustentável, pois se não há consciência ambiental, política e social torna-se impraticável o questionamento sobre os alicerces estruturais da sociedade atual que provocam graves prejuízos ambientais e socioeconômicos e operem na sua transformação, em direção um padrão de desenvolvimento que tenha como princípio a sustentabilidade e uma sociedade justa. (GUTIERREZ; PRADO, 1999)

Portanto, a Ecopedagogia deve gerar uma educação pela visão olhar do indivíduo, pelo modo como esses sujeitos observam o meio ambiente e se relacionam com ele, buscando à gênese integral do ser humano, como um atuante companheiro e conectado, que através das experiências e atitudes volvidas para a diminuição dos prejuízos e impactos ao meio ambiente, consegue difundir o valor da Ecopedagogia no desenvolvimento de um ser ativo, atuante.

2.4 Carta da Terra, cidadania planetária.

A Carta da Terra se estabeleceu como pano de fundo para as incursões sobre a Ecopedagogia, e tendo por intento nomear um código de ética planetário aos moradores da Terra, firmando-se em pressupostos e valores essenciais para a constituição de meio social mais justo, sustentável e pacífico, ressaltando a interdependência planetária e a encargos divididos. Gadotti (2010) diz que:

“A Carta da Terra constituiu-se numa declaração de princípios globais para orientar a questão do meio ambiente e do desenvolvimento. Ela inclui os princípios básicos que deverão reger o comportamento da economia e do meio ambiente, por parte dos povos e nações, para assegurar “nosso futuro comum”. Ela pretendia ter a mesma importância que teve a “Declaração dos Direitos Humanos”, assinada pelas Nações

Unidas em 1948. Contem 27 princípios com o objetivo de estabelecer uma nova e justa parceria global através da criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, setores importantes da sociedade e o povo. Para conseguir o desenvolvimento sustentável e melhor qualidade de vida para todos os povos, a Carta da Terra propõe que os Estados reduzam e eliminem padrões insustentáveis de produção e consumo e promovam políticas demográficas adequadas” (GADOTTI, 2010, p.7).

Disto posto, a Carta da Terra pode ser avaliada como uma das colunas da Ecopedagogia e um suporte para sua efetivação. Santos (2013) elucida que:

“A carta da terra afirma que a Ecopedagogia implica numa mudança radical de mentalidade em relação à qualidade de vida e ao meio ambiente, que está diretamente ligada ao tipo de convivência que mantemos com nós mesmos, com os outros e com a natureza” (SANTOS, 2013, p. 49).

Não obstante, a Carta da Terra dá destaque a Ecopedagogia mostrando os indicativos positivos de se trabalhar com essa pedagogia, enfatizando sempre a relação homem/natureza.

“A Carta da Terra tem um grande potencial educativo ainda não suficientemente explorado, tanto na educação formal, quanto na educação não-formal. Por meio de sua proposta de diálogo intertranscultural, pode contribuir na superação do conflito civilizatório que vivemos hoje. Vivemos uma crise de civilizações. A educação poderá ajudar a superá-la. Os princípios e valores da Carta da Terra podem servir de base para a criação de um sistema global de educação, uno e diverso, sob a coordenação da Unesco, que poderá colocar uma base humanista comum para os sistemas nacionais de educação. Não se trata de formar um sistema ideologicamente único, o que seria uma iniciativa totalitária. Trata-se de realçar o que temos em comum” (GADOTTI, 2008, p. 11).

Com isso, Gadotti salienta as contribuições da Carta da Terra para educação, sob uma perspectiva inovadora num plano globalizador e integrador de conhecimentos.

Foi no Brasil que se originou a Carta da Terra, mais especificamente, no Rio de Janeiro, no ano de 1992. Difundida oficialmente em 2000, a Carta da Terra é o efeito de discussões estendidas por mais de dez anos entre vários países e culturas, e encontra-se analisada em 4 eixos, sendo eles: I – Respeitar e Cuidar da Comunidade da vida; II – Integridade Ecológica; III – Justiça Social e Econômica e IV – Democracia, Não Violência e Paz. (GADOTTI, 2010).

“Nesse contexto, a Carta da Terra emerge como uma declaração de princípios éticos e valores fundamentais para a construção de uma sociedade global mais justa, sustentável e pacífica. Ela inspira todos os povos a um novo sentido de interdependência global e responsabilidade compartilhada; ela nos desafia a examinar nossos valores e princípios éticos” (GADOTTI, 2010, p. 7).

O I Encontro Internacional da Carta da Terra na Perspectiva da Educação, foi organizado pelo Instituto Paulo Freire, em 1999, com o intuito de mencionar e instigar ambientes de afirmação social da Carta da Terra no âmbito educacional. Um das fundamentais implicações deste encontro foi a aceitação de uma Carta da Ecopedagogia em justificação para uma Pedagogia da Terra. (GADOTTI, 2010)

Em face disso, percebe-se que os princípios da Carta da Terra e da Ecopedagogia se forem inseridos nos currículos e nos métodos escolares, pressupõe-se a possibilidade de uma real consumação da EA, apta a modificar mentalidades e condutas.

É fato que a Carta da Terra e a Ecopedagogia, apresentam potencialidades significativas na educação. É totalmente viável e plausível, muito embora seja um desafio implantar os princípios da Carta da Terra, como algo habitual nas instituições educacionais com o fim de gerar um ensino para a paz, para a solidariedade, para os direitos humanos e para os princípios da sustentabilidade. Permitindo a edificação de um ambiente educativo que estimule a reflexão, a capacidade criadora, o raciocínio crítico e a obtenção de aportes e valores em prol da vida na terra.

No que confere a Cidadania Planetária Gadotti (2008) afirma:

“A cidadania planetária deverá ter como foco a superação das desigualdades, eliminação das sangrentas diferenças econômicas e a integração intercultural da humanidade, enfim, uma cultura da justiça (a paz como fruto da justiça). Não se pode falar em cidadania planetária global sem uma efetiva cidadania na esfera local e nacional. Uma cidadania planetária é, por excelência, uma cidadania integral, portanto, uma cidadania ativa e plena, não apenas em relação aos direitos sociais, políticos, culturais e institucionais, mas também em relação aos direitos econômicos. Ela implica também a existência de uma democracia planetária” (GADOTTI, 2008, p. 32-33).

O autor retrata o objetivo da cidadania planetária, que busca em seus conceitos oferecer uma visão de superação das problemáticas sociais, propondo uma cidadania democrática e justa.

A cidadania planetária, conforme a concepção da Ecopedagogia é um atributo necessário sociedade atual, uma vez que somente a compreensão da Terra como comunidade única, como um ser vivo em constante progresso é que a inquietação ambiental passará a ser vista com uma responsabilidade de todos e permanente, e não apenas passageiro. (GADOTTI, 2008).

Baseado nesse fim nota-se que cidadania planetária é maior que uma filosofia da educação, do que o exprimido em seus princípios. A educação voltada para a cidadania planetária requer uma análise curricular, um redirecionamento da cosmovisão e da educação como lugar de inclusão do sujeito não somente numa comunidade local, mas numa comunidade que é simultaneamente local e global. Educar, nesse sentido, não seria definido como dizia Durkheim, a transmissão da cultura de uma geração para outra, mas a grande viagem de cada indivíduo no seu universo interior e no universo que o cerca. (DURKHEIM, 2005, p. 4). De igual modo:

“A cidadania planetária supõe o reconhecimento e a prática da planetariedade, isto é, tratar o planeta como um ser vivo e inteligente. Como diz Francisco Gutiérrez, "a

planetariedade deve levar-nos a sentir e viver nossa cotidianidade em relação harmônica com os outros seres do planeta terra" (GUTIERREZ apud GADOTTI, 2005, p.5).

Dessa maneira, educar para a cidadania planetária supõe o desenvolvimento de novas capacidades como sentir, intuir, emocionar, imaginar, inventar, criar e recriar, relacionar e inter-conectar-se, auto-organizar-se, informar-se, comunicar-se, expressar-se, localizar, processar e utilizar a imensa informação da aldeia global, buscar causas e prever conseqüências, criticar, avaliar, sistematizar e tomar decisões, pensar em totalidade (holisticamente) (GADOTTI, 2008).

2.5 PESQUISA NA ESCOLA MADRE MARIA VIGANÓ

A Escola Madre Maria Viganó foi inaugurada no dia 24 de julho de 1970. Uma instituição de ensino com uma estrutura física agradável. Conta com 12 salas de aula, 01 sala para professores, 01 secretaria, 01 copa, 01 laboratório de informática, 01 sala de leitura, 01 sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado) e em construção 01 sala da direção com anexo para coordenação. Por possuir um amplo espaço, a escola é excelente para se implantar Projetos de Intervenção nas diversas áreas de conhecimento. E foi exatamente isso que aconteceu, esse estabelecimento dispunha de um Projeto voltado para as questões ambientais e que era referência na cidade de Castanhal – Pará. O projeto era conduzido pela então professora Maria Lúcia Ferreira.

Por meio desse projeto, ocorriam feiras ambientais, encontros, palestras com convidados especializados na área da Educação Ambiental. O COM-VIDA era um verdadeiro sucesso para a escola de seus alunos.

2.5.1 Projeto COM-VIDA:

O projeto COM-VIDA na Escola Maria Viganó, nasceu no ano de 2003 de um planejamento coletivo, mas tendo a professora Maria Lúcia Pereira como principal responsável. Sua visão perspicaz sobre o projeto COM-VIDA, trouxe a instituição Viganó um reconhecimento de escola sustentável, na medida em que oferecia um sistema de aprendizagem favorável ao desenvolvimento educacional dos alunos por meio da valorização e respeito ao meio ambiente, diversidade, cultural, social, econômico etc. As aulas eram ministradas em todas as turmas que a professora Maria Lúcia lecionava.

O planejamento, assim como, a elaboração de projeto pedagógico focando questões de educação ambiental, aumenta a responsabilidade da escola em acompanhar a divulgação,

desenvolvimento e aplicabilidade do mesmo, visando construir valores sociais, conhecimentos, atitudes e competências voltadas para a compreensão da realidade social e ambiental (NOGUEIRA, 2005; KRASILCHIK, 2004).

Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas (COM-VIDA), teve por objetivo estabelecer espaços de debate sobre questões sociais e ambientais na escola e na comunidade e perceber como eles se relacionam com a saúde, a qualidade de vida, os direitos humanos e prevenção de riscos e emergências ambientais; estimulando a inclusão de propostas de sustentabilidade socioambiental no Projeto Político Pedagógico (PPP) a partir da gestão, currículo e espaço físico. (LÚCIA PEREIRA, 2016). A representação do projeto está na Logomarca a seguir:



Figura 01: Logomarca do Projeto COM-VIDA
Fonte: Escola Madre Maria Viganó

A importância de sustentabilidade no projeto estava pautada no tripé econômico, ambiental e social, que devem interagir, de forma holística, para satisfazer as perspectivas sustentáveis. Nesse aspecto, o Projeto COM-VIDA, traz a questão da sustentabilidade como centro de discussão no contexto escolar. O apoio de toda a sustentabilidade é a capacitação humana para desenvolvê-la no sentido de considerar relacionamento do sujeito com o outro e com a natureza.

2.5.3 Revista Ecovida: lendo, refletindo e escrevendo o mundo

A revista Ecovida é resultado do projeto COM-VIDA, seu conteúdo voltado para o meio ambiente, que vem retratar os problemas socioambientais locais e globais e possíveis melhorias para o nosso ambiente escolar e de nossa cidade. Uma vez que o homem é o principal responsável pela destruição da natureza e do meio ambiente onde vivemos, ao poluir os rios, os mares, os igarapés, as nascentes, o ar e a terra. Precisamos evitar isso. Pois, a terra é nossa casa, e é responsabilidade de todos preservá-la. (LÚCIA, 2016). A professora ressalta que o que queremos e precisamos, é ter um planeta limpo e sustentável, onde os seres humanos e todas as espécies animais e vegetais possam viver bem em harmonia por muitos anos.



Imagem 02: Lançamento da Revista EcoVida

Fonte: Acervo Escola Madre Maria Viganó (Projeto COM-VIDA)



Figura 03: Revista EcoVida

Dentro da abordagem ambiental a revista destacava miniprojetos, tais como: Jardinagem, que pode ser vista nas imagens subseqüentes (Figuras 4 e 5):



Figuras 04 e 05: Jardinagem na escola.

Fonte: Revista EcoVida/Escola Madre Maria Viganó

Outra ênfase dada pela revista refere-se ao Cortejo Cultural, um movimento cultural e artístico que integrava os alunos e professores na busca pela valorização das tradições folclóricas (Figuras 6 e 7).



Figuras 06 e 07: Cortejo Cultural.

Fonte: Revista EcoVida/Escola Madre Maria Viganó

A saúde também tinha espaço na revista. O tema Espaço Vida apresentava uma série de dicas sobre plantas medicinais com intento de ajudar na melhoria da qualidade de vida dos leitores (Figuras 8 e 9).



Figura 08 e 09: Espaço saúde e vida.

Fonte: Revista EcoVida/Escola Madre Maria Viganó

Desse modo, a revista EcoVida abrangia a EA num vislumbre social, econômico, político, cultural e educacional. Pois para além desses tópicos, a revista tratava de uma variedade de contextos relacionados à EA. Dentre quais estavam: informativos, entrevista com profissionais especializados na área ambiental, cooperativismo, sustentabilidade, impactos ambientais, problemas socioambientais, reciclagem, além de diversas palestras, conferências e amostras ambientais na escola Maria Viganó. Como podem ser visualizadas nas figuras 10 e 11:



Figura 10: Palestras Educação Ambiental

Fonte: Escola Madre Maria Viganó
(Projeto COM-VIDA)



Figura 11: Amostra Ambiental (Projeto COM-VIDA)

Fonte: Escola Madre Maria Viganó

Na próxima seção abordaremos os procedimentos metodológicos desta pesquisa.

3. SEÇÃO II - OS PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos deste estudo estão divididos em duas partes. A primeira parte refere-se ao levantamento bibliográfico e a segunda parte, consiste na pesquisa campo, por meio de análises de documentos e entrevista semiestruturada. Para Marconi e Lakatos (1975), a pesquisa bibliográfica conduz o pesquisador ao contato direto com o que foi escrito sobre determinada temática. Deste modo, o embasamento teórico deste estudo foi realizado por meio de livros, artigos especializados, dissertações e teses, que consentiam a classificação de informações necessárias e pertinentes para compor os argumentos reflexivos acerca da temática escolhida, bem como a possibilidade de entendimento e possível elaboração de respostas a problemática apresentada nesta pesquisa.

Nesse sentido, Gil (1994, p. 71) afirma que “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Assim, o autor ressalta as vantagens de se trabalhar com esse tipo de pesquisa, que nos permite destrinchar melhor as visões teóricas à luz de materiais específicos no assunto tratado.

Quanto à pesquisa de campo Gonçalves (2001, p.67) esclarece: a pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre ou ocorreu e reunir um conjunto de informações

a serem documentadas. Sendo assim, obtiveram-se pela pesquisa de campo, informações cruciais para o estudo.

3.1 Abordagem da Pesquisa

O presente trabalho reside em três abordagens de pesquisa, sendo de natureza bibliográfica, qualitativa e exploratória.

Sobre o primeiro tipo, Marconi e Lakatos afirmam: a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações. (LAKATOS; MARCONI, 1999, p.27).

No que concerne a abordagem qualitativa, Chizzotti (1995, p.79), afirma que:

“A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, um interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro, está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações”.

Percebe-se, portanto, que a escolha desse tipo de abordagem contribui de forma direta para a elaboração e conclusão de uma pesquisa, uma vez que proporciona ao sujeito pesquisador um contato direto com a fonte e ainda produz-se relação de interdependência necessária e enriquecedora para o trabalho.

No que concerne a terceira e última abordagem, Gil (1999, p. 43) argumenta que, “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”, isto é, estabelecer maior contato com a questão levantada. Desta maneira, a abordagem faz-se necessária, pois nos dá a possibilidade de caracterizar o fenômeno pesquisado antes de determinarmos hipóteses ou pressupostos. O que pôde ser feito com a análise de cunho exploratório que consistiu na leitura de documentos, tais como: Projeto Político Pedagógico e documento oficial do projeto COM-VIDA da Escola Madre Maria Viganó.

3.2 Campo de Investigação

O campo investigado foi Escola Municipal Madre Maria Viganó. O colégio fica localizado na Travessa Ipiranga, s/nº, bairro Novo Olinda, na cidade de Castanhal – Pará. A instituição dispõe das séries iniciais do ensino básico, fundamental menor e maior, além da Educação de Jovens e Adultos. A princípio obtiveram-se as informações com a diretora Lídia, que se disponibilizou a verificar os documentos impressos e digitais sobre EA, a saber, o PPP e o Projeto COM-VIDA. Além disso, apresentou a escola e a área onde o projeto era desenvolvido. Enfim, a mesma repassou todos os subsídios necessários para a composição da presente pesquisa.

3.3 Os Instrumentos de Coleta de Dados

Com relação às técnicas utilizadas para a coleta de dados, foram estas: levantamento bibliográfico feito com base em dados disponíveis principalmente em livros impressos e digitais via Internet que abordavam a temática em questão. A busca por assuntos que tratam do tema fora alcançados por meio de trabalhos produzidos em território nacional, cruzamentos de palavras em Periódicos, principalmente no Scielo, além de consultas em locais físicos, como a Biblioteca da UFPA – Campus Castanhal e compra de livros na Feira Amazônica.

Para ratificar esses dados, Godoy (2011) cita em seu artigo que levantamento bibliográfico é: O levantamento bibliográfico é a base do referencial teórico de qualquer monografia, em qualquer nível. Fazer um levantamento bibliográfico significa pesquisar/selecionar textos compatíveis com o tema escolhido que irão apoiar as afirmações e explicações a serem desenvolvidas. Esta é a fase em que o aluno começa a se transformar em um pesquisador. (GODOY, 2011, p.06)

Ao adquirir o material, o primeiro passo é examiná-lo, fazer a leitura informativa, como evidencia Bervian (1975) a "leitura informativa" pode ser subdividida em quatro categorias de leitura relacionadas entre si. A saber: “leitura de reconhecimento”, “leitura seletiva”, “leitura crítica ou reflexiva” e “leitura interpretativa”.

Com intuito de organizar a pesquisa, foi estabelecido um roteiro com perguntas direcionadas, dando ao entrevistado a possibilidade de entender melhor o tema e vislumbrar respostas que atendem o objetivo da pesquisa. Para Manzini (1990/1991):

“Á entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas” (MANZINI, 1990/1991, p. 154).

Cunha (2002) afirma que, “O recurso a entrevistas semi - estruturadas como material empírico privilegiado na pesquisa constitui uma opção teórico-metodológica que está no centro de vários debates entre pesquisadores.”

Ainda segundo autor Para Cunha (2002), a realização da entrevista é algo que depende fundamentalmente da pesquisa de campo, pois deve se adquirir uma postura adequada para a realização das entrevistas semi - estruturas, encontrando a melhor forma de formular as perguntas, sendo assim capaz de avaliar o grau de cada resposta (CUNHA, 2002, s/p). Logo, e entrevista realizada constitui-se como parte fundamental para o avanço nas pesquisas sobre a EA.

4. SEÇÃO III - ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

4.1 Perfil do participante

Realizou-se uma entrevista oral e semiestruturada a professora recém-aposentada Maria Silva Silva, que é Licenciada em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri – URCA, Ceará; Licenciada em Filosofia pelo Instituto de Ciências Sociais e Humanas – ICSH. Mantido pelo Centro de Ensino Superior do Brasil CESB. Especialista Em Sociologia Em Educação Ambiental, pela Universidade do Estado do Pará – UEPA; Especialista em Estudo Cultural na Amazônia, pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Sobre a relevância da formação acadêmica de professores Carvalho (2005) afirma:

“A formação de professores é muito importante para qualquer mudança educacional, sobretudo para a melhoria da qualidade do ensino. E pensar a qualidade da educação no contexto da formação de professores significa colocar-se a disposição da construção de um projeto de educação cidadã que propicia condições para a formação de sujeitos históricos capazes de, conscientemente, produzir e transformar sua existência” (CARVALVO, 2007, p. 06).

Diante disso, nota-se que a formação é crucial para a promoção de uma educação de qualidade, visando a formação completa do público escolar. A responsabilidade ética, política e profissional do ensinante lhe coloca o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade docente. Esta atividade exige que sua preparação, sua capacitação, sua formação se tornem processos permanentes. Sua experiência docente, se bem

percebida e bem vivida, vai deixando claro que ela requer formação permanente do ensinante. Formação que se funda na análise crítica de sua prática. (FREIRE, 2003, p. 28). Estevão (2001) a respeito da formação diz:

“A formação como uma prática social específica e como uma verdadeira instituição que cumpre certas funções sociais relacionadas com a reprodução, regulação e legitimação do sistema social. [...] a formação, ao mesmo tempo, celebra determinados valores, por vezes contraditórios, ligados quer ao mundo empresarial e gerencialista, quer ao mundo cívico e da cidadania” (ESTEVÃO, 2001, P. 185).

Percebeu-se que a entrevistada tinha uma grande preocupação quanto a obter não somente formação inicial, mais também uma formação contínua e especificada na área da EA.

Ainda sobre a formação continuada ela afirmou: participei da formação continuada para professores na FUNCAST, coordenada pela Secretaria de Educação. Infelizmente, segundo relato da professora, poucos educadores estiveram presentes e quando participavam muitos profissionais não levavam a sério o programa, grande parte dos ouvintes estavam desconectados das palestras e conectados a tecnologia e não deram atenção aos objetivos expostos. (LÚCIA, 2018). Para Di Giorgi (et. al., 2010, p. 15), a formação contínua pode ser definida como “um processo constante do aprender a profissão de professor, não como mero resultado de uma aquisição acumulativa de informação, mas como um trabalho de seleção, organização e interpretação da informação”. Nota-se, portanto, que diferentemente da prof^a Lúcia, muitos educadores não se mostram consciente da importância da formação continuada, tampouco quando se volta para a EA.

Após esse processo de formação continuada e a I Conferência das quais representantes da escola Viganó participaram ativamente, a professora ratificou que esse foi um momento que contribuiu significativamente para o processo de implantação do Projeto COM-VIDA, e que mudaria o ambiente escolar do colégio Madre Maria Viganó pelos próximos quinze (15) anos.

Sobre a formação contínua específica para EA, a prof^a relatou: Através do projeto COM-VIDA, ela pôde juntamente com a Secretaria de Educação promover um Programa de Formação Continuada para professores das redes municipais de ensino. O programa foi delegado pela por ela e companhia. O SESI foi local da divulgação e realização do projeto supracitado (LÚCIA, 2018). Com relação a isso Vestena e Vieira (2016) salientam que os docentes precisam ser formados “para reconstruírem progressivamente os conhecimentos relativos ao meio ambiente e sanarem a dicotomia que se instaurou entre o homem e a natureza, colocando-se como submissa às ações humanas”. (VESTENA & VIEIRA, 2016, p.13). Sendo assim, Demailly (1992) ressalta:

“Este trabalho aliada à Educação Ambiental no que se refere uma formação alicerçada em princípios morais, éticos, políticos e cidadão. Uma formação que esteja fundada para além da ‘responsabilidade’ científica, não que esta não seja importante, ao contrário, possui tamanha relevância, no entanto ela sozinha não dará conta da necessidade real dos contextos sociais”.

O último programa de formação continuada administrado pela professora Lúcia, aludiu-se ao projeto Cooper Jovem. A proposta era levantar estratégias que atendessem as demandas dos alunos em processo de formação. Mas tentaram implantar o projeto Cooper com intuito de substituir o projeto COM-VIDA, o que foi repudiado pela fundadora - prof^a Lúcia -, então, foi sugerido pela mesma que houvesse a integração de ambos os projetos e assim aconteceu.

Sobre sua experiência profissional no campo educacional ela respondeu: trabalhei como professora de Ensino Fundamental menor especialmente com a antiga quarta (4^a) série hoje quinto (5^o) ano, durante oito (08) anos. E do sexto ao nono ano (6^o ao 9^o ano) por mais de quinze (15) anos. Contudo foram vinte e cinco anos (25) de sala de aula, dedicado à educação e a educação ambiental do município de Castanhal. Contando dias horas e minutos para a realização da Conferencia Infanto juvenil pelo meio ambiente tudo isso com uma COM-VIDA atuante na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Madre Maria Viganó”. (LÚCIA, 2018).

Perante a pergunta relativa ao conceito de EA, ela respondeu: Durante minha experiência como educadora e precursora do Projeto COM-VIDA, posso definir a Educação Ambiental como um conjunto de elementos necessário para uma vida saudável ou somente “vida Saudável”, como preferir. A COM-VIDA na escola tendia abordar os quatro elementos da natureza, não sei por que muitos professores ainda hoje não sabem integrar esses temas nas suas aulas e nem interagir com o meio ambiente escolar. Muitos acham que não tem nada a ver com sua disciplina, outros ignoram tais temáticas. (LÚCIA, 2018). Reigota (2009) em seu livro “O que é Educação Ambiental?” Define a EA como:

“Uma educação política, tendo em vista que esta se compromete diretamente com a ampliação da cidadania, da autonomia e da intervenção ativa dos cidadãos na busca de soluções e alternativas que permitam uma convivência correta e voltada para o bem comum. A educação ambiental busca estabelecer valores que conduzam a uma convivência equilibrada dos seres com o ambiente”.

A professora depois de anos de estudos na área da educativa, definiu a EA como ‘vida saudável’, arranjado de um conjunto de elementos, que em relatos posteriores ela citou: sociais, ecológicos, políticos, econômicos, culturais, espirituais, educacionais, ambientais etc. Desse modo, a EA é alcançada a partir de como se conhece sobre esse termo por parte dos educadores, pois isso reflete absolutamente em sua prática pedagógica.

No que confere a importância de se trabalhar a Educação Ambiental no âmbito escolar a professora Lúcia elucidou: A Educação Ambiental no âmbito escolar é de suma importância para a formação consciente e sensibilização de crianças, jovens e até mesmos os adultos que não terminaram suas séries no tempo correto. Guimarães (1995) assegura que a “A educação ambiental deve ser um processo contínuo e permanente, iniciando em nível pré-escolar e estendendo-se por todas as etapas da educação formal ou informal”.

É oportuno que o educador ambiental aproveite para iniciar suas aulas numa roda de conversa indagando os seus alunos, do que eles sabem sobre educação ambiental, se já ouviram falar do assunto, se eles acham importante falar desses temas nas aulas e em que as aulas de educação ambiental têm interferido na sua vida cotidiana. (LÚCIA, 2018). Segundo Segura (2001):

“Para a EA vista como aposta de vida, prática cidadã e construção cotidiana de uma nova sociedade, este conceito parece mais “iluminado” de sentido, pois estabelece uma série de outras conexões importantes: a relação eu-nós pressupõe envolvimento solidariedade e a própria participação. Poderia ter escolhida “conscientização” ou “sensibilização”, talvez as expressões mais citadas quando se fala em EA, mais foi buscada no conceito de pertencimento uma síntese dessas duas idéias” (SEGURA, 2001, p. 48).

Como educadora sempre procurei fazer meus planos de ações com a ajuda dos meus alunos perguntando a eles o que eles gostariam de estudar em educação ambiental. Fazia uma grande lista e depois selecionava os temas imediatos, pesquisava e estudava depois fazia a culminância e as apresentações das ações numa exposição de trabalhos. Era tudo muito interessante e gratificante, com isso a escola ganhava mérito e reconhecimento e o aluno sentia-se realizado como pesquisador ainda e aprendia praticando mais leitura. (LÚCIA, 2018). Para Medeiros (2011):

“(…) com o ensino da Educação Ambiental, se inicia o processo de formação da personalidade e o despertar para a cidadania, havendo a formação de cidadãos que se preocupam com o meio ambiente hoje e para as futuras gerações. Para que haja um mundo justo e equilibrado, é necessário haver uma interação entre educadores e educandos para que possam haver transformações nas formas de se utilizarem os recursos disponíveis na natureza sem que haja agressões e que esses recursos possam estar sempre disponíveis no futuro” (MEDEIROS, 2011).

Quando perguntada sobre como e onde surgiu o Projeto COM-VIDA? Ela respondeu: O Projeto COM-VIDA surgiu com uma proposta do Ministério do Meio Ambiente (MEC), em levar as temáticas socioambientais para serem discutidas e debatidas com a comunidade escolar.

De acordo com cartilha do MEC, a proposta geral do COM-VIDA é: desenvolver e acompanhar a Educação Ambiental na escola de forma permanente; ajudar a cuidar do Brasil,

assumindo como orientação a Carta das Responsabilidades ‘Vamos Cuidar do Brasil’; fazer a Agenda 21 na Escola. (MEC, 2007, p. 15).

Anterior ao projeto COM-VIDA, a prof^a Lúcia elaborou um projeto escolar chamado Farmácia Viva, que tinha como foco a implantação de uma horta, o que de fato aconteceu. Morgado (2008) sinaliza a relevância da horta na escola, segundo o autor:

“A horta inserida no ambiente escolar pode ser um laboratório vivo, unindo teoria e prática de forma contextualizada, o que traz benefícios importantes para a formação educacional dos discentes, proporcionando uma excelente ferramenta para o ensino de Botânica, a formação de opiniões críticas que estimulam a aprendizagem e a socialização, tantos dos alunos entre si, quanto destes com os demais agentes educacionais” (MORGADO, 2008, p.6).

Desse modo, o estudante aprende a plantar, transplantar muda, regar, arar o solo, remover pragas, colher, reconhecer diferentes cultivares, identificar as diferentes características dos vegetais, bem como a nutrição e adubação necessárias. Ainda no que tange aos benefícios desse processo, a formação de uma horta altera sensivelmente a relação das pessoas com os ambientes naturais e urbanos, pois estimula a construção dos princípios de sustentabilidade, e valorização dos recursos naturais (PINHEIRO, 2012, p.43). Assim, a base inicial para o projeto COM-VIDA havia sido lançada.

Na escola Madre Maria Viganó, o projeto COM-VIDA foi inserido em 2003, após a escola participar da I Conferência Infância Juvenil pelo Meio Ambiente, naquele ano foi muito importante a participação da escola nesse evento, porque até então ninguém sabia o que era COM-VIDA, nem como funcionava, e quem poderia participar. A escola na verdade não sabia nada sobre as temáticas, foi aí que descobri a minha missão para trabalhar na educação ambiental e fazer um Projeto que envolvesse todo mundo: diretores, coordenadores pedagógicos, professores, alunos, as famílias, vizinhos e toda comunidade escolar etc.

Quando questionada sobre os objetivos geral e específico do projeto, ela respondeu: Inicialmente o Projeto contava com uma lauda indicando apenas os temas Água, Terra, Fogo e Ar. O objetivo era promover as ações que sensibilizassem as pessoas para as questões sociais e ambientais relacionadas à água, a terra, o fogo e o ar. Contudo, o projeto foi crescendo e as ações se ampliando, aí nós tivemos que dividir por bimestre os temas e adequar os subtemas dos encartes das cartilhas cedidas na formação continuada de professores. A última versão do projeto contava com vinte (20) laudas. Sem experiência nenhuma consegui entender, que se todos se envolvessem como previa o objetivo das cartilhas, seria mais fácil e menos complicado trabalhar a EA na escola. (LÚCIA, 2018).

Assim, o Projeto ganhou forma e cara com o objetivo de promover momentos de reflexões para despertar nos educandos a consciência ecológica, e desenvolveu ações que

sensibilizem a comunidade escolar sobre a importância de prevenir, conservar e preservar o meio ambiente escolar, como parte fundamental na EA (LÚCIA, 2018). De acordo com a cartilha do MEC sobre o projeto COM-VIDA, os principais objetivos são:

“Participar da construção do Projeto Político-Pedagógico da escola; realizar a Conferência de Meio Ambiente na Escola; Promover intercâmbios com outras Com-vidas e com as Agendas 21 locais; observar, pesquisar, conservar e ajudar a recuperar o meio ambiente; contribuir para tornar a escola um espaço agradável, democrático e saudável!” (MEC, 2007, p.15).

Sendo assim, o Projeto COM-VIDA forma professores que formam os alunos, para promoverem as ações coletivas e individuais dentro da escola, ações essas que podem ser da menor ou maior relevância dentro do processo ensino aprendizagem; os alunos deveriam formar pequenos grupos para cooperar entre si com o desenvolvimento da escola; os pais também podiam participar do dia a dia da escola colaborando com o desempenho de seus filhos, desenvolvendo também atividades coletivas cuidando para melhorar o espaço escolar onde seus filhos estudam. E por último, os professores poderiam desenvolver ações educativas envolvendo as crianças menores para que elas pudessem se sentir seres integrados no dia a dia da escola. (LÚCIA, 2018)

Para finalizar ela diz que: outros miniprojetos foram implantados através do COM-VIDA. Como, por exemplo, o Projeto Com-Vidinha foi uma ideia levantada pelos alunos do sexto ao nono ano (6º ao 9º ano) da COM-VIDA, tinha por finalidade atender os alunos do primeiro ao quinto ano (1º ao 5º ano). Os alunos apresentavam seminários, uma vez a cada quinze (15) dias nas salas, abordavam diferentes assuntos relacionados ao meio ambiente e a outras temáticas. Além disso, a professora realizava palestras sobre as campanhas anuais da fraternidade.

Outro modelo de projeto que foi estabelecido refere-se ao CALENDÁRIO VERDE, nome criado pela profª Lúcia. A ideia central era fazer palestras mensais das datas comemorativas sobre meio ambiente, como, por exemplo, (dia da Terra, dia da Árvore, dia do Índio, dia do Oceano, dia da EA, etc.).

Quanto à perspectiva da sustentabilidade no projeto COM-VIDA, a professora respondeu: Sem dúvida, a perspectiva da Sustentabilidade abordada pelo projeto mostrou ao aluno de um jeito simples e sem formalidades que a sustentabilidade tem várias características e várias formas de pensar. O conceito de sustentabilidade no projeto estava pautado no tripé econômico, ambiental e social, que devem interagir, de forma holística, para satisfazer as perspectivas sustentáveis. (LÚCIA, 2018).

Na escola, por exemplo, a sustentabilidade não era visto somente nos vídeos, ela era praticada na horta da escola, nas oficinas de arte em pneus, nas oficinas com garrafas pet, e na reutilização de alguns materiais como fazer alguns objetos com papel, palitos, vidros etc. (LÚCIA, 2018).

Nesse contexto, Veiga (2010), apoiando-se nas ideias de Ignacy Sachs, estabelece que a sustentabilidade preocupa-se, sobretudo, em preservar o potencial da natureza enquanto produtora de recursos renováveis e limitar o uso de recursos não renováveis. Dessa forma, a sustentabilidade estaria alicerçada em uma solidariedade sincrônica e diacrônica, quando se preocupa com a atual geração e com a geração futura, respectivamente. Assim, o projeto atende as perspectivas da sustentabilidade.

Quando interpelada sobre a temática Ecopedagogia a professora objetou: ouvir falar sobre Ecopedagogia não é muito comum, mas abordei esse tema Ecopedagogia numa formação continuada de professores, e nessa formação tive o privilégio de estar na companhia do professor João Malheiro (LÚCIA, 2018). Com base em seus estudos, a professora fez a citação de Moacir Gadotti e Francisco Gutiérrez: a Ecopedagogia ainda está em construção e é definido mais como movimento do que como uma nova teoria de educação. Já para Francisco Gutiérrez, pesquisador do pensamento de Paulo Freire na Costa Rica, o conceito de Ecopedagogia segue os princípios da Carta da Terra, e está relacionado com a sustentabilidade, para além da economia e da ecologia. Os dois autores mencionados são os mais referenciados na presente pesquisa.

Ainda é colocado mais sobre os pensamentos de Gadotti (2000, p.96), no qual esclarece que: “A Ecopedagogia não se opõe à Educação Ambiental. Ao contrário, para a Ecopedagogia a Educação Ambiental é um pressuposto. A Ecopedagogia incorpora-a e oferece estratégias, propostas e meios para a sua realização concreta”. Há nível de informação, no Brasil o principal centro de estudo sobre a ecopegadogia é o Instituto Paulo Freire.

A fala inicial da professora reflete a realidade do tema, que a Ecopedagoia é pouco conhecida na área educacional. Mas que ela enquanto educadora ambiental estava ciente desse estudo e sobre suas perspectivas no contexto da EA.

Quanto à prática pedagógica da professora Lúcia, ela buscava atuar de forma dinâmica, e suas ações estavam pautadas nos princípios da Sustentabilidade Ecopedagógica. Uma vez que antes de abertura de qualquer Conferência, procura-se fazer uma breve integração e reflexão espiritual. E no decorrer das palestras abordavam-se todos os aspectos

que compõem a Ecopedagogia que são ecológicos, políticos, econômicos, socioambientais, espirituais etc.

Direcionada a pergunta sobre a posição dos educadores quanto à preparação para abordar a Educação Ambiental no contexto educacional, a professora destacou: Em minha opinião, nem todos os educadores não estão preparados para abordar a EA no contexto educacional na sua totalidade, acredito que poucos estão, pois, a EA tem um grande leque de conteúdos pouco explorado, e os professores não tem interesse de sair da sua zona de conforto para explorá-lo. A não ser aqueles que já estão familiarizados com a EA e tem interesse em aprender mais sobre o assunto. (LÚCIA, 2018).

Freire ao ser interrogado sobre quais práticas edificam a capacidade do educador, destaca “[...] a prática de ensinar que envolve necessariamente a de aprender a de ensinar. A de pensar a própria prática, isto é, a de, tomando distância dela, dela se ‘aproximar’ para compreendê-la melhor. Em última análise, a prática teórica de refletir sobre as relações contraditórias entre prática e teoria”. (2001, p. 205).

No concerne à última pergunta sobre se o projeto COM-VIDA, se este alcançou seus objetivos enquanto princípio socioambiental, a professora respondeu: O Projeto COM-VIDA durante quinze (15) anos que coordenei alcançou sim e sem dúvida todos os objetivos e metas que tracei. Uma referência para esse feito foi à participação nas Conferências Infância Juvenil pelo Meio Ambiente. Durante quatro (04) anos a escola foi agraciada com aprovação dos quatro projetos Água, Terra, Fogo, Ar, tendo como carro condutor a COM-VIDA. Ao todo foram cinco (05) de Conferências, só não coordenei a quinta (5ª) que aconteceu esse ano de dois mil e dezoito (2018) porque já estava aposentada, e foi uma pena porque a escola não foi a estadual. A COM-VIDA da escola Madre Maria Viganó tem uma linda história a ser contada. (LUCIA, 2018).

Portanto, o projeto COM-VIDA, alcançou não somente a escola por meio de um trabalho de sensibilização de acordo com a proposta do projeto, mais toda a comunidade escolar. Apesar de todo esse histórico brilhante, o projeto se encontra estagnado.

Hoje se encontra em vigor, pouco ou quase nada dos programas citados no decorrer desta pesquisa, pelos relatos da diretora somente há a participação da escola em Conferências, que como a professora Lúcia salientou não consegue ter o mesmo êxito nas campanhas.

A despeito desse infortúnio, a professora Lúcia não ficou inerte quanto a EA. Atualmente, ela participa do Projeto **Reciclêia**: adote essa ideia, que fica na cidade de São Miguel do Guamá. E também é precursora de um mais novo projeto denominado MALUPE,

cuja sigla faz referência ao seu nome, garantindo assim, uma nova carreira na educação como Produtora de Eventos Educacionais (Figura 12).



Figura 12: Logomarca do Projeto MALUPE

Fonte: Maria Lúcia Pereira

O projeto apresenta as seguintes características: dinâmica de Grupo; capacitação de professores; conferência; feira de Ciências; seminários; palestras; treinamentos e oficinas.

Missão do projeto: Promover a capacitação de profissionais voltados para o mercado de trabalho. Tendo como foco a valorização das experiências vivenciadas e compartilhadas no cotidiano das pessoas para a construção do conhecimento.

Visão do projeto: Ser referência de qualidade na prestação de serviços voltado para a capacitação de profissionais, fortalecendo as políticas educacionais no campo social e ambiental.

Valores do projeto: Ética, Transparência, Comprometimento, Valorização e respeito às pessoas, Construção do conhecimento, Educação inclusiva, Educação ambiental, Inovação tecnológica e Sustentabilidade

OBJETIVO GERAL: Proporcionar conhecimento e o reconhecimento da sensibilização para com as pessoas, acerca das temáticas que envolvem Cidadania e Meio Ambiente incluindo e a sua importância para as futuras gerações.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Comprometer-se com ações que envolvem questões sociais e ambientais locais; Explorar o conceito de sustentabilidade social, ambiental, econômico e empresarial etc; Propor dinamismo na leitura de grupos para a integração social; Sensibilizar as pessoas através do diálogo sobre as questões socioambientais; Promover ações e interação

entre cidadania e o meio ambiente; Discutir e Refletir sobre a educação inclusiva na sociedade; Valorizar todo e qualquer profissional, especialmente os da área da educação; Despertar nas pessoas ideias de valores de preservação e responsabilidade social; Trabalhar de forma lúdica sobre o uso sustentável dos recursos naturais através de suas próprias ações; Apresentar alternativas e soluções para as questões ambientais pertinentes no dia a dia das pessoas e da escola.

A criação do PROJETO MALUPE foi a concretização de um sonho quando ainda estava exercendo minha hora atividade na escola a qual trabalhei por mais de 25 anos como não tinha tempo para me dedicar fui apenas rabiscando o projeto. Agora longe da sala de aula (por esta aposentada) e tendo mais tempo para dedicar-me lancei o projeto MALUPE. O nosso foco é promover através de atividades educacionais a capacitação de profissionais ligados ou não na área da educação. O projeto MALUPE estende-se para todas as repartições públicas ou privadas que tenha interesse em capacitar seus cooperados para que assim tenha resultados satisfatórios e um UP na produção.

Dessa forma, o projeto contribuirá para a formação de uma geração consciente e sensível em relação ao seu papel como cidadão, voltado para a valorização ética, social, econômica, política, cultural e ambiental. A EA é uma prática educacional voltada para a vida em sociedade. Assim, quando o indivíduo se conscientiza do seu papel e sensibiliza com as questões sociais e ambientais, adquirindo conhecimentos para solucionar estas questões, ele está sendo parte integrante do processo de EA.

O projeto MALUPE tem como objetivo proporcionar o conhecimento e a sensibilização para as pessoas acerca dos temas que envolvem Cidadania e Meio Ambiente incluindo a sua importância e o cuidado para as futuras gerações, promovendo a capacitação de profissionais voltada para o mercado de trabalho. Tendo como foco a valorização de experiências vivenciadas e compartilhadas no cotidiano das pessoas para a construção do conhecimento, pois educar desde cedo para transformar requer respeito para com o meio ambiente.

Ações do projeto:

1. Dinâmica de grupo envolvendo o público em geral;
2. Vídeos educativos referente as temáticas a serem trabalhadas;
3. Leitura, produção e reprodução de textos;
4. Palestra sobre cidadania, meio ambiente, sustentabilidade etc.

5. Roda de conversa sobre o tema desejado;
6. Capacitação de professores e demais funcionários;
7. Orientação sobre Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente;
8. Organização de Feira de Ciências;
9. Seminários Educativos com temas escolhidos;
10. Oficina do Futuro.

4.2 Ponderações:

Os resultados obtidos neste estudo revelam que no contexto histórico a EA já estava em vigor tacitamente desde os primórdios, e que se intensificou explicitamente com o surgimento de encontros, conferências, que tratavam sobre as questões ambientais. E que através desses acontecimentos, criaram-se documentos que provocaram mudanças significativas quanto ao alargamento teórico e prático da EA a nível local e global. E isso conseqüentemente volveu o olhar das potências mundiais quanto à diminuição dos efeitos da degradação ambiental.

Quanto a EA na conjuntura educativa, esta se mostrou eficiente no que se refere à promoção de uma aprendizagem para conscientização socioambiental. Todavia, não tem sido tratada como tema urgente e nem valorizada no currículo escolar. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais tem sido colocada somente como tema transversal e não como um das disciplinas obrigatórias. Dessa maneira, tanto os alunos como os professores não tem uma visão mais aprofundada da EA.

Apesar das evidências da importância da EA, infelizmente suas perspectivas quanto à elevação conscientização que englobe a vida como um todo, não tem atendido as novas demandas socioambientais e educacionais. Por esta razão, novos movimentos, paradigmas ligados a EA têm surgido. Dentre esses movimentos estão a sustentabilidade e ecopedagogia.

Constatou-se que, o princípio da sustentabilidade vai além do conceito de desenvolvimento sustentável, na verdade esta é em parte diferente desse conceito, uma vez que a sua preocupação implica não somente na preservação do meio ambiente para viabilizar o desenvolvimento socioeconômico. Mais resulta na harmonia entre o ser humano e ele mesmo e com o meio que o cerca. Assim, ter uma consciência sustentável vai além da preocupação com meio ambiente, está atrelado à sustentabilidade ecopedagógica.

A cultura da sustentabilidade conjectura uma pedagogia que dê conta da enorme tarefa de formar o indivíduo para a cidadania planetária. Desse modo, a sustentabilidade e Ecopedagogia estão justapostas um movimento único, mas este último abrange todas as dimensões a partir de uma cosmivisão que leva em consideração tudo e todos; envolve a questão da cidadania planetária (visão unificadora do planeta). Vigora na compreensão e desenvolvimento de um conjunto de princípios éticos e morais, valores, atitudes e comportamentos visando à conscientização socioambiental e ecológica.

Trata-se de uma pedagogia democrática, solidária e sensibilizadora, que provoca a conscientização por meio de pequenas atitudes do cotidiano, das vivências, experiências. Pois, por exemplo, não se aprende a amar uma pessoa apenas ouvindo falar sobre ela, faz-se necessário uma vivência, um contato direto, para que se estabeleça uma relação concreta. Do mesmo modo, não se aprender a amar o planeta estudando livros, teorias sobre o a terra ou sobre meio ambiente, nem sobre ecologia integral. É nesse sentido que a Ecopedagogia funciona, conforme afirma Hammes (1986):

“Para que se conheça o meio e que se forme um relacionamento deve-se começar: plantando e acompanhando o crescimento de uma árvore ou de uma plantinha, caminhando pelas ruas da cidade ou aventurando-se numa floresta, sentindo o cantar dos pássaros nas manhãs ensolaradas ou não, observando como o vento move as plantas, sentido a areia quente das praias, olhando para as estrelas numa noite escura. Acariciar uma planta, contemplar com ternura o por do sol, cheirar o perfume de folha de pitangueira, de goiabeira, laranjeira, (...), são múltiplas formas de viver em harmonia permanente com esse planeta generoso e compartilhar com todos que o habitam ou o compõem” (1986, p. 48).

Como diz o poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade: “Sou um homem dissolvido na natureza. Estou florescendo em todos os ipês” (ANDRADE, 1986, p.48).

No decorrer do estudo, percebeu-se que no campo educacional a Ecopedagogia funciona como um modelo de aprendizagem inovador. Ela sugere uma reorganização curricular para que sejam acionados princípios defendidos pelo movimento, e, assim, esses princípios poderiam direcionar a compreensão dos conteúdos e a elaboração de manuais didáticos. Pois o conteúdo contido nos currículos tem ter e fazer sentido para os alunos, e isso somente ocorrerá se houver um vislumbre mais abrangente sobre conscientização socioambiental. Santos (2009) assegura que:

“Um currículo transformador deve considerar a relação com o ambiente, com os outros e com a cultura, valorizando o diálogo entre o indivíduo e a natureza em um processo de reflexão na e sobre a ação, com diálogos cheios de significados e possibilidades que se inter-relacionam, ou seja, a interdisciplinaridade gerando a contextualização do currículo com uma visão tanto local quanto global, em um processo dialógico voltado para as descobertas” (SANTOS, 2009, p.7).

Portanto, a Ecopedagogia não “é uma pedagogia a mais, ao lado de outras pedagogias, ela não está envolta apenas na perspectiva na ecologia natural, ecologia social, mas no num modelo de sustentável na perspectiva da ecologia integral.” (HAMMES, 2012, p. 49)

Nesse sentido, a Ecopedagogia poderia ser ressaltada como um novo paradigma ambiental a frente da própria EA. Tendo vista que é ser considerada por muitos teóricos, mais ampla e condizente com as novas demandas das questões socioambientais da sociedade. Entretanto, Hammes (2012) deixa claro, que a Ecopedagogia não se opõe a EA. Pelo contrário, para a Ecopedagogia e EA é um pressuposto. Enquanto, a Ecopedagogia incorpora e oferece estratégias, propostas e meios para sua concretização.

Mas a autora Hammes (2012) também alerta que, a Ecopedagogia é um movimento em formação como teoria da educação e não uma tendência concreta e notável na prática da educação contemporânea. Se já tivesse suas categorias definidas e elaboradas, estaria totalmente equivocada, pois uma perspectiva pedagógica não pode nascer de um discurso elaborado por especialistas. Ao contrário, o discurso pedagógico elaborado é que nasce de uma prática concreta, testada e comprovada. Mas o que se nota é que a Ecopedagogia já se faz presente em muitas práticas educativas.

A entrevista semiestruturada revelou que o fato de a prof^a Lúcia deter uma formação alicerçada e ampla, uma formação contínua com especialização em EA a ajudou na definição do conceito de EA, no entendimento de sustentabilidade, no desenvolvimento do projeto COM-VIDA, e ainda na divulgação/inclusão da EA no contexto escolar. E que seus vinte e cinco (25) anos de experiência na educação contribuiu significativamente para uma prática pedagógica eficiente, e para compreensão da importância da EA no âmbito escolar.

Referente ao Projeto COM-VIDA, seus relatos revelaram que durante os 15 anos de existência, o projeto foi um divisor águas em sua vida, e se mostrou apaixonada pelo projeto. Com relação aos objetivos, todas estão em concordância e coerência com a cartilha do MEC que estipula a aplicação da EA no campo escolar sob os diversos aspectos, vislumbrando assim uma sociedade socioambiental, sustentável e ecologicamente correta.

Ainda sobre o COM-VIDA, infelizmente este era um dos únicos projetos que contemplavam as perspectivas da EA em Castanhal. Apesar de ter sido declarado pela diretora da – Escola Madre Maria Viganó – que o projeto teria sido patentado e implantado pela SEMED em outras instituições de ensino no município, não se encontrou vestígio de outro ponto de referência nessa área na cidade.

Contudo, de acordo com a professora Lúcia, enquanto o COM-VIDA estava em vigor, atingiram-se todas as metas esperadas para a EA. E se mostrou realmente triste pelo fato de o

projeto está estagnado e que os educadores não demonstraram nenhum interesse em dá continuidade. Isso é reflexo da falta de informação, conscientização, preparação e comprometimento com a questão ambiental. E, que, portanto, há a necessidade de uma formação continuada. Para Formosinho (1991, p. 237), a formação dos professores dotados de formação inicial profissional, visando o seu aperfeiçoamento pessoal e profissional. A formação contínua visa o aperfeiçoamento dos saberes, das técnicas, das atitudes necessárias ao exercício da profissão de professor. Não obstante, o projeto tornou-se um marco para a escola como propagação direta da EA e suas ramificações, tais como, a sustentabilidade e a Ecopedagogia.

Quanto às perspectivas ecopedagógicas a professora apontou como era previsto, que esse tema ainda é estranho para os educadores, mas que ela já havia abordado em um de seus inúmeros projetos e em atividades práticas em sala de aula. Logo, ao ser questionada sobre o tema a professora foi enfática ao responder fazendo alusão as citações de Gadotti e Gutiérrez.

Assim, a partir deste estudo verificou-se a necessidade eminente de se tratar a EA no contexto educacional de forma adequada, abrangendo todas as tendências ambientais, mais especialmente que se faça alusão a Sustentabilidade Ecopedagógica. Pois os argumentos desta pesquisa comprovam que a Ecopedagogia tornou-se um movimento que apresenta uma perspectiva mais integral, baseado numa educação sustentável, numa ecoeducação, e na ecoformação, portanto, mais ampla que a EA.

Infere-se, portanto, que de acordo com os dados analisados precisa-se de uma Ecopedagogia e de uma ecoformação hoje, precisa-se de uma pedagogia da Terra, de uma educação para a cidadania planetária, não somente no contexto escolar mais da sociedade como um todo. Pois sem educação sustentável, o planeta permanecerá apenas sendo como campo de monopólio técnico-tecnológico, artifício de nossas indagações, experimentos e, algumas vezes, de admiração.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, C. D. **A poesia da natureza em Drummond**. Jornal Pau Brasil, (S.I.), jan.-fev. 1996. Entrevista concedida a Nelson Merlim.

AVANZI, Maria Rita. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

ACERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. McGraw-Hill do Brasil: São Paulo, 1975. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/direito-de-construir-versus-a-discrecionalidade-da-administracao-em-conceder-a-licenca-para-construcao-da-cidade-de-igaracy-pb/104392#ixzz5IncZtEO5>. Acesso em 15. de maio de 2018.

BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada. **Nova tradução na linguagem de hoje**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **A implantação da educação ambiental no Brasil: meio ambiente e saúde**. Brasília, 1997b.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. 210 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei n. 9.795/1996**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>>. Acesso em: 03. de abri. de 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em 04 maio. 2018.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CARTA DE OTTAWA. **Primeira Conferência Internacional sobre a Promoção da Saúde**, Ottawa,1986. Disponível em <www.opas.org.br>. Acesso em: 04. de maio de 2018.

CASCINO, Fábio. **Educação Ambiental: princípios, história, formação de professores**. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995. P. 79.

CUNHA, J. A. **Psicodiagnóstico - V** (5ª ed. rev. e ampl.). Porto Alegre, RS: Artmed. 2002.

DEMAILLY, Lise Chantraine. **Modelos de formação e estratégias de mudança**. In: _____. NÓVOA, António. (coord.) Os professores e a sua formação. 1. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1992. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24262_13746.pdf. Acesso em: 15 de jun. de 2018.

DI GIORGI, Cristiano Amaral Garboggini et. all. **Necessidades formativas de professores de redes municipais: contribuições para a formação de professores critico-reflexivos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 5ª ed. São Paulo: Global, 1998.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 6ª ed. São Paulo: Gaia, 1994.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

ESTEVÃO, Carlos. **Formação, gestão, trabalho e cidadania**. Contributos para uma sociologia crítica da formação. Educação e Sociedade, Campinas, ano XXII, n. 77, p. 185-206, dez. 2001. <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/aop1096.pdf>. Acesso em: 15 de jun. de 2018.

FEITOSA, A. A. F. M. A. Percepções ambientais planetárias, educação ambiental e sua inserção no Bioma Caatinga. In: ABILIO, F. J. P.; FLORENTINO, H. S. **Educação ambiental: da pedagogia dialógica a sustentabilidade no semiárido**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 22-36.

FORMOSINHO, João. **Formação contínua de professores: Realidades e perspectivas**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n72/4195.pdf>. Acesso em: 15 de jun. de 2018.

FREIRE, Paulo. **“Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa”**, 1994.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Org. e notas de Ana Maria Araújo Freire).

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. 14ª ed. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2003.

FRANZOI, Adriana; BALDIN, Nelma. **Agenda 21 Escolar: impactos em educação, meio ambiente e saúde**. In: _____ Cadernos de Educação. FaE/PPGE/UFPel. Pelotas, v. 34, p. 97-118, setembro/dezembro 2009. Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=FRANZOI%2C+Adriana.+BALDIN%2C+Nelma>>. Acesso em: 14 maio. 2018.

GADOTTI, Moacir. **A Carta da Terra na educação**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra: Ecopedagogia e educação sustentável**. In: _____ Torres, C.A. (Org.) Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis. 2001.

GADOTTI, Moacir (org.). **Educação de Jovens e Adultos: a experiência do MOVA-SP**. São Paulo, Instituto Paulo Freire, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisasocial.pdf>>. Acesso em 05 de jun. 2018.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 1999. Disponível em: < <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisasocial.pdf>>. Acesso em 05 de jun. 2018.

GODOY, A. S. **Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa**. Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, v. 3, n. 2, p. 81-89, mai./ago. 2005.

GONÇALVES, E. M. **Iniciação à pesquisa científica**. 2 ed. Campinas: Alínea. 2001.

GUTIÉRREZ, Francisco; **Ecopedagogia e Cidadania Planetária**. São Paulo: Cortez, 2011.

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Cortez, 2000.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. 5.ed. Campinas: Papirus, 1995.

GUTIERREZ, F; PRADO, C. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Cortez, 1999. Disponível em: <http://www.unisaesiano.edu.br/biblioteca/monografias/56187.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

GUEDES, José Carlos de Souza. **Educação ambiental nas escolas de ensino fundamental: estudo de caso**. Garanhuns: Ed. do autor, 2006.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. 5.ed. Campinas: Papirus, 1995. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010031842/4gadotti.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

HAMMES, Valéria Sucena. **Agir: Percepção de gestão ambiental**. Ed. Técnico – 3. Ed., ver e ampl. - Brasília, DF: Embrapa, 2012.

INSTITUTO PAULO FREIRE (Org.). **A Carta da Terra na Perspectiva da Educação**. In: PRIMEIRO ENCONTRO INTERNACIONAL, 1, 1999, São Paulo. [Anais...] São Paulo: [s.n.], 1999. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/ecopedagogia.htm>. Acesso em: 23 de mai. de 2018.

JACOBI, P. **Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão**. In:_____. CAVALCANTI, C. (Org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

KEIM, J. E. **Eco-Pedagogia como Ação para a Autonomia e a Liberdade:** Gutiérrez e Freire em diálogo com princípios vitais. In Revista Eletrônica “Fórum Paulo Freire”, ano 2, nº2, agosto de 2006.

KRASILCHIK, M. **Prática de ensino de biologia.** 4ª ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3040/1719>. Acesso em: 15 de jun. de 2018.

KOHLER, MCM. : **Agenda 21 Local: Desafios da sua implementação.** Experiências de São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Florianópolis. São Paulo, 2003. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Saúde Pública da USP.

KRUGER, Eduardo L. **Uma abordagem sistêmica da atual crise ambiental.** In:_____.Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, 2001.

LÜDKE, Menga.; ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

LAKATOS, EVA MARIA. **Fundamentos de metodologia científica I** Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 1999.

LAKATOS, EVA MARIA. **Fundamentos de metodologia científica I** Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas, 1975.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social. Didática,** São Paulo, 1990/1991.

MORGADO, F. S. 2008. **A Horta Escolar na educação ambiental: experiência do projeto horta viva nas escolas municipais de Florianópolis,** Revista Eletrônica de Extensão, no. 6.

Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3040/1719>. Acesso em: 15 de jun. de 2018.

MEDEIROS, Aurélia Barbosa de; MENDONÇA, Maria José da Silva Lemes; SOUSA, Gláucia Lourenço de; OLIVEIRA, Itamar Pereira de. **A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais.** Revista Faculdade Montes Belos, v. 4, n. 1, set. 2011.

NOGUEIRA, N.R. **Pedagogia dos projetos: etapas, papéis e atores.** 1ª ed., São Paulo: Érica, 2005. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3040/1719>. Acesso em: 15 de jun. de 2018.

OLIVEIRA, Carlos Luiz Carlos de. **Ecopedagogia no Fazer Escolar**. PUC – São Paulo: 2003.

PÁDUA, S.; TABANEZ, M. (orgs.). **Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. São Paulo: Ipê, 1998.

PUCCI, Patricia dos Santos; LIMA, Lucia Ceccato; BOSQUETTE, Cátia de. **Educação Ambiental: Projeto Político Pedagógico de Uma Escola de Educação Básica de Lages (SC)** - X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.

PIANA, Cristina. **A pesquisa de Campo**. In _____: Chizzotti, São Paulo: UNESO, 1995. p. 79.

PUNESCO, **Documentos históricos: Carta de Belgrado: Uma estrutura para a Educação Ambiental**, 1975. Declaração de Estocolmo, 1972. aulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

PEDRINI, A. G. Trajetórias da Educação Ambiental. In: _____. (Org.): **Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PEREIRA, C. M. M. da C. et al. **Ecopedagogia: uma nova pedagogia com propostas educacionais para o desenvolvimento sustentável**. Educação Temática Digital, Campinas, v. 8, n. 2, p. 80-89, jun. 2007.

PINHEIRO, C. N. A. 2012. **A Importância do trabalho com a horta escolar para o ensino de ciências de forma interdisciplinar**. Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura em Ciências Biológicas. Universidade de Brasília, Brasília-DF. 43 p.

QUEIROZ, Tânia Dias. **Dicionário Prático de Pedagogia** - 3ª Ed. Medell, São Paulo, 2011.

REIGOTA, Marcos. **Ciência e Sustentabilidade: a contribuição da educação ambiental**. Avaliação – Revista de Avaliação da Educação Superior. V.12, n.2, jun.2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v12n2/a03v12n2.http://educador.brasilecola.com/orientacoes/sustentabilidade-na-escola.htm>. Acesso em 20 fev. 2018.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental?**. Cortez, São Paulo, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v7n2/03>. Acesso em: 11 de maio de 2018.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental?**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009. Disponível em: http://www.epea.tmp.br/epea2013_anais/pdfs/plenary/0128-1.pdf. Acesso em: 11 de maio de 2018.

SANTOS, Jefferson Silva de Barros. **A ecopedagogia na formação docente: um estudo de caso no curso de licenciatura em pedagogia do Campus III da UFPB**. Bananeiras, 2013.

SANTOS, J.M.: **A Arquitetura e a Educação Ambiental como Ferramentas de Desenvolvimento Cultural, Trabalho Final de Graduação – FAU Mackenzie**, 2009.

SANTANA, Joseane Moura; LIMA, Carlos César Uchoa. **A inserção da ecopedagogia no currículo escolar: uma proposta de educação para a sustentabilidade**. Seminário Internacional “Experiências de agendas 21: os desafios do nosso tempo”, 2009.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para do século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Studio Nobel – Fundação para o desenvolvimento administrativo, 1993.

SEGURA, Denise de S. Baena. **Educação Ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001. 214p.

SORRENTINO, Marcos. **Educação ambiental e universidade: um estudo de caso**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade de São Paulo, 1995.

TRISTÃO, Martha. **A educação ambiental na formação de professores: redes de saberes**. In:_____. São Paulo: Annablume, Vitória: Facitec, 2004.

VESTENA, Carla Luciane Blum; VEIRA, Carla Sant’ana de. **A educação ambiental na perspectiva da epistemologia genética**. 1.ed. Curitiba: CRV, 2016. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24262_13746.pdf. Acesso em: 15 de jun. de 2018.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. Disponível em: www.sbecotur.org.br/revbea/index.php/revbea/article/download/3365/2931. Acesso em: 15 de jun. de 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Educação Ambiental: Uma Breve Análise das Perspectivas da Sustentabilidade com ênfase na Ecopedagogia.

Projeto COM-VIDA da Escola Municipal Madre Maria Viganó

Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém as informações necessárias sobre o estudo que estamos realizando. Sua colaboração será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.

Eu, Maria Lucia Pereira, abaixo assinado (a), concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário (a) do estudo “Educação Ambiental: Uma Breve Análise das Perspectivas da Sustentabilidade com ênfase na Ecopedagogia. Projeto COM-VIDA da Escola Municipal Madre Maria Viganó.”.

O participante da pesquisa fica ciente:

D) A presente pesquisa objetiva fazer uma breve análise das abordagens em Educação Ambiental, apresentando as perspectivas da Sustentabilidade evidenciando a Ecopedagogia,

bem como fazer uma pesquisa de campo sobre o Projeto COM-VIDA da Escola Madre Maria Viganó.

II) Os dados serão coletado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Madre Maria Viganó, na cidade de Castanhal - Pará, através de um roteiro com os principais pontos a serem observados.

III) O participante da pesquisa não é obrigado a responder as perguntas realizadas no roteiro de entrevistas;

IV) A participação neste projeto não tem objetivo de submeter você a um tratamento, bem como não causará a você nenhum gasto com relação aos procedimentos efetuados com o estudo;

V) O participante da pesquisa tem a liberdade de desistir ou de interromper a colab neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação;

VI) A sua participação neste projeto contribuirá para acrescentar à literatura dados referentes ao tema, direcionando as ações voltadas para a promoção da educação, e não causará nenhum risco a nossa integridade física, psicológica, social e intelectual;

VII) O participante da pesquisa não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária;

VIII) Os resultados obtidos durante este ensaio serão mantidos em sigilo;

IX) O participante da pesquisa concorda que os resultados sejam divulgados em publicações científicas, desde que seus dados pessoais não sejam mencionados;

X) Caso o participante da pesquisa desejar, poderá pessoalmente, ou por meio de telefone entrar em contato com o Pesquisador responsável para tomar conhecimento dos resultados parciais e finais desta pesquisa.

() Desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

() Não desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

Castanhal, _____ de _____ de 2018.

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Desta forma, aceito participar da referida pesquisa.

Assinatura do Participante da Pesquisa – Telefone ()

Aluna pesquisadora: – Telefone ()

APÊNDICE II

ROTEIRO DE ENTREVISTA ORAL REALIZADA COM A PROFESSORA RECÉM-APOSENTADA

1 – Qual o seu nome completo?

R: Maria Silva Siva

2 – Qual a sua formação acadêmica? Já participou de algum programa de formação continuada voltada para a Educação Ambiental?

R: Licenciada em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri – URCA, Ceará; Licenciada em Filosofia pelo Instituto de Ciências Sociais e Humanas – ICSH. Mantido pelo Centro de Ensino Superior do Brasil CESB.

Especialista Em Sociologia Em Educação Ambiental, pela Universidade do Estado do Pará – UEPA; Especialista em Estudo Cultural na Amazônia, pela Universidade Federal do Pará – UFPA.

Participou de programas de formação continuada de professores da rede Municipal de ensino público, relacionada à educação ambiental durante quinze anos. Essa também foi uma das abordagens do projeto COM-VIDA, com o tema, a formação de continuada de professores e a Educação Ambiental: formando COM-VIDA na Escola. Os encontros aconteciam todos os sábados durante o ano letivo. No final fazíamos a festa de formação dos alunos e esses recebiam certificados de conclusão da formação. Isso acontecia aos sábados para não

interferir durante a semana nas aulas. Coisa que não acontece mais hoje, detalhe, os alunos gostavam de frequentar as aulas aos sábados eu conseguia fazer com que eles entendessem que aos sábados tínhamos mais tempo para pensar as ações e fazê-las realizar com sucesso durante a semana tinham as disciplinas para se preocuparem. Algumas mães também participavam e gostavam, pois viam seus filhos cuidarem da horta e participarem das oficinas de educação ambiental. Outro ponto muito positivo eram as oficinas do futuro, para saberem o que o aluno pensava para a realização dos seus sonhos no futuro? Qual seria esse sonho?

3 – Há quanto tempo que você trabalha ou trabalhou na área da educação?

R: Trabalhou como professora de Ensino Fundamental menor especialmente com a antiga quarta série hoje quinto ano, durante oito anos. E de sexto ao nono ano (6º ao 9º ano) por mais de quinze anos. Contudo foram vinte e cinco anos de sala de aula, dedicado a educação e a educação ambiental do município de Castanhal, contando dias horas e minutos para a realização da Conferencia Infanto juvenil pelo meio ambiente tudo isso com uma COM-VIDA atuante na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Madre Maria Viganó”.

4 – Diante da sua experiência como educadora e precursora do Projeto COM-VIDA, defina Educação Ambiental?

R: Durante minha experiência como educadora e precursora do Projeto COM-VIDA, posso definir a Educação Ambiental como um conjunto de elementos necessário para uma vida saudável ou somente “vida Saudável”, como preferir. A COM-VIDA na escola tende de abordar os quatro elementos da natureza, não sei por que muitos professores ainda hoje não sabem integrar esses temas nas suas aulas e interagir com o meio ambiente escolar. Muitos acham que não tem nada a ver com sua disciplina, outros ignoram tais temáticas.

5 – Qual a importância de se trabalhar a Educação Ambiental no âmbito escolar?

R: A Educação Ambiental no âmbito escolar é de suma importância para a formação consciente e sensibilização de crianças, jovens e até mesmos os adultos que não terminaram suas séries no tempo correto. É oportuno nesse momento, que o educador ambiental aproveita para iniciar suas aulas numa roda de conversa indagando os seus alunos, do que eles sabem sobre educação ambiental. Se já ouviram falar do assunto. Se eles acham importante falar

desses temas nas aulas. E em que as aulas de educação ambiental têm interferido na sua vida cotidiana. Como educadora sempre procurei fazer meus planos de ações com a ajuda dos meus alunos perguntando a eles o que eles gostariam de estudar em educação ambiental. Fazia uma grande lista e depois selecionava os temas imediatos, pesquisava e estudava depois fazia a culminância e as apresentações das ações numa exposição de trabalhos. Era tudo muito interessante e gratificante, com isso a escola ganhava mérito e reconhecimento e o aluno sentia-se realizado como pesquisador e aprendia praticando mais leitura.

6 – Como e onde surgiu o Projeto Com-Vida na escola Viganó?

R: O Projeto COM-VIDA surgiu com uma proposta do Ministério do Meio Ambiente, MEC. Em levar para as escolas as temáticas socioambientais para serem discutidas e debatidas com a comunidade escolar. Na escola Madre Maria Viganó, surgiu em 2003, após a escola participar da I Conferencia Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente, naquele ano foi muito importante a participação da escola nesse evento, porque até então ninguém sabia o que era COM-VIDA, nem como funcionava, e quem poderia participar. A escola na verdade não sabia nada sobre as temáticas, foi aí que descobri a minha missão para trabalhar na educação ambiental e fazer um Projeto que envolvesse todo mundo. Diretores, Coordenadores Pedagógicos, Professores, alunos, as famílias, vizinhos e toda Comunidade Escolar etc. Então, sugeri a direção e a coordenação pedagógica da escola que promovêssemos no planejamento a formação continuada dos professores em especial os do fundamental menor de primeiro ao quinto ano, então, começaram a trabalhar a formação em dois momentos, no primeiro semestre que culminava na Semana do Meio Ambiente com um grande Seminário de Educação e Cultura pelo Meio Ambiente. E o outro no segundo semestre que culminava com a Mostra Cultural de Educação Ambiental. E assim, o projeto foi ganhando força e ficando cada vez mais emocionante trabalhar a educação ambiental.

7 – Qual o principal objetivo geral e específico do projeto?

R: Inicialmente o Projeto contava com uma lauda indicando apenas os temas Água, Terra, Fogo e Ar. O objetivo era promover as ações que sensibilizassem as pessoas para as questões sociais e ambientais relacionadas à água, a terra, o fogo e o ar, contudo isso, o projeto foi crescendo e as ações se ampliando, aí tivemos que dividir por bimestre os temas e adequar os subtemas dos encartes das cartilhas cedidas na formação continuada de professores.

Sem experiência nenhuma consegui entender que se todos se envolvessem como previa o objetivo das cartilhas seria mais fácil e menos complicado trabalhar a educação ambiental na escola. Assim, o Projeto ganhou forma e cara com o objetivo de promover momentos de reflexões para despertar nos educandos a consciência ecológica, e desenvolver ações que sensibilizem a comunidade escolar sobre a importância de prevenir, conservar e preservar o meio ambiente escolar, como parte fundamental na educação ambiental.

8 – Quanto à perspectiva da sustentabilidade o projeto aborda essa temática?

R: Sem dúvida, na perspectiva da Sustentabilidade, abordado pelo projeto mostrou-se ao aluno de um jeito simples e sem formalidades que a sustentabilidade tem várias características e várias formas de pensar essa sustentabilidade. Na escola, por exemplo, a sustentabilidade não era visto somente nos vídeos, ela era praticada na horta da escola, nas oficinas de arte em pneus, nas oficinas com garrafas pet, e na reutilização de alguns materiais como fazer alguns objetos com papel, palitos, vidros etc.

9 – Você conhece, estudou e ouviu falar do conceito de Ecopedagogia?

R: Ouvir falar sobre Ecopedagogia não é muito comum, mas abordei esse tema Ecopedagogia numa formação continuada de professores e nessa formação tive o privilégio de estar na companhia do professor João Malheiro. Esse conceito segundo Moacir Gadotti, ainda está em construção e é definido mais como movimento do que como uma nova teoria de educação. Já para Francisco Gutiérrez, pesquisador do pensamento de Paulo Freire na Costa Rica, o conceito de ecopedagogia segue os princípios da Carta da Terra, e está relacionado com a sustentabilidade, para além da economia e da ecologia. Gadotti (2000b, p.96) esclarece que: “A **Ecopedagogia** não se opõe à Educação Ambiental. Ao contrário, para a **Ecopedagogia** a Educação Ambiental é um pressuposto. A **Ecopedagogia** incorpora-a e oferece estratégias, propostas e meios para a sua realização concreta”. Há nível de informação, no Brasil o principal centro de estudo sobre a ecopedagogia é o Instituto Paulo Freire.

10 – Em sua opinião, os educadores estão preparados para abordar a Educação Ambiental no contexto educacional?

R: Em minha opinião, nem todos os educadores não estão preparados para abordar a Educação Ambiental no contexto educacional na sua totalidade, acredito que poucos estão,

pois, a Educação Ambiental tem um grande leque de conteúdos pouco explorado, e os professores não tem interesse de sair da sua zona de conforto para explorá-lo. A não ser aqueles que já estão familiarizados com a educação ambiental e tem interesse em aprender mais sobre o assunto.

11 – Você acredita que o projeto COM-VIDA alcançou seus objetivos e princípio socioambiental?

R: O Projeto COM-VIDA durante quinze anos que coordenei alcançou sim sem dúvida todos os objetivos e metas que tracei. Uma referência para esse feito foi a participação nas Conferencia Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente, durante quatro anos a escola foi agraciada com aprovação dos quatro projetos Água, Terra, Fogo, Ar. nas Conferencias tendo como carro condutor a COM-VIDA. Ao todo foram cinco Conferencias só não coordenei a quinta que aconteceu esse ano de dois mil e dezoito porque já estava aposentada, e foi uma pena porque a escola não foi a estadual. A COM-VIDA da escola Madre Maria Viganó tem uma linda história a ser contada.

Castanhal – Pará, _____ de _____ de 2018.